



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



Seção II

ANO XXXIV — Nº 090

TERÇA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 1979

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 123ª SESSÃO, EM 13 DE AGOSTO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Sr. Ministro de Estado da Justiça

— Nº 381/79, encaminhando o pronunciamento daquele Ministério sobre o Projeto de Lei do Senado nº 76/79, que inclui entre os beneficiados pela Lei nº 6.554/78, nos termos do diploma, os Ministros Togados, os Juizes Auditores Substitutos da Justiça Militar e dá outras providências.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 266/79, de desarquivamento de projeto de lei do Senado que especifica.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR ALOYSIO CHAVES — Cumprimento de decisão tomada no sentido da construção de ponte rodo-ferroviária sobre o rio Tocantins, em Marabá-PA.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Editorial publicado no jornal *Correio Braziliense*, edição de 9 de agosto do corrente mês, sob o título **Fracasso na PETROBRÁS**.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Reconhecimento do curso de Direito da Faculdade do Crato-CE.

SENADOR EVANDRO CARREIRA — Problemas ecológicos da floresta amazônica, advindos da instalação de indústria madeireira peruana, nas proximidades da fronteira brasileira. Estabelecimento de metas prioritárias que atendam a vocações de cada região brasileira.

SENADOR JAISON BARRETO — Apresentando sugestões que especifica, visando uma transformação estrutural na economia do País, como passo para o real progresso da sociedade brasileira.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de lei do Senado nº 159/76-Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975. **Votação adiada**, por falta de *quorum*.

— Requerimento nº 252/79, de autoria do Sr. Senador Paulo Brossard, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1978, do Sr. Senador Mauro Benevides, que estabelece a obrigatoriedade

de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências. **Votação adiada**, por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 96/79, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada**, por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 112/79, de autoria do Sr. Senador Cunha Lima, que considera não tributáveis para efeito do Imposto de Renda, os proventos e pensões nas condições que indica. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada**, por falta de *quorum*.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 4/79, de autoria, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que estende aos depósitos judiciais em dinheiro, ordenados por outras autoridades judiciárias, a correção monetária prevista para os ordenados por Juizes Federais. **Aprovada**. À Câmara dos Deputados.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 3/78, que suspende a execução das Resoluções nºs 29/72, e 1, de 1973, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Aprovada**. À promulgação.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR GABRIEL HERMES — Conferência proferida por S. Exª, no II Congresso da Confederação de Contadores Públicos dos Países Andinos e do Brasil, recentemente realizada na cidade de Lima-Peru. Temários dos trabalhos desenvolvidos naquele conclave.

SENADOR GILVAN ROCHA — Situação econômico-financeira do País.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Reiterando apelo à Mesa, no sentido da instituição no Senado de estágios para universitários.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATO DO PRESIDENTE

— Nº 25, de 1979.

3 — RECEITA VINCULADA AO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL (FUNCEGRAF).

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

ATA DA 123ª SESSÃO, EM 13 DE AGOSTO DE 1979
1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DOS SRS. NILO COELHO, GABRIEL HERMES E JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Alberto Silva — Bernardino Viana — Almir Pinto — Mauro Benevides — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Henrique Santillo — Gastão Müller — Mendes Canale — Affonso Camargo — José Richa — Jaison Barreto — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO MINISTRO DA JUSTIÇA

Nº 381/79, de 2 de julho, encaminhando o pronunciamento daquele Ministério sobre o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1979, do Senador Henrique de La Rocque, que inclui entre os beneficiados pela Lei nº 6.554/78, nos termos do diploma, os Ministros Togados, os Juizes Auditores Substitutos da Justiça Militar, e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 266, DE 1979

Requeiro, nos termos do art. 367 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 135/78 que, "Estende o Direito ao Salário-Família aos Empregados Domésticos".

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1979. — **Orestes Quêrcia.**

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia nos termos regimentais. Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Exame acurado, feito a respeito das potencialidades econômicas do Pará, identifica a região do Tocantins — Araguaia como a mais promissora e capaz de conduzir o desenvolvimento do nosso Estado, durante as próximas décadas.

Não há necessidade de descer a certos detalhes, a elementos de ordem estatística para chegar a esta conclusão. Além do extraordinário potencial hidrelétrico dessa bacia, já identificado pela ELETRONORTE, e estimado em mais de vinte e cinco milhões de quilowatts, o Vale do Tocantins — Araguaia constitui uma das províncias minerais mais promissoras de todo o território brasileiro. Estudos desenvolvidos, sobretudo na última década, identificam nessa região, além de grandes jazidas de minério de ferro, com alto teor de hematita, em Carajás, também manganês, cobre, ouro, cassiterita, apenas para enumerar aqueles que, depois de uma prospeção mais ou menos demorada, já foram devidamente avaliados. Entre todos destaca-se, sem dúvida alguma, o ferro; reserva de ferro existente na região de Carajás é a maior do Brasil, maior do que a existente no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, e só esse fato foi suficiente para deslocar o Brasil, no mundo, do terceiro para o segundo lugar entre os países que detêm a maior reserva de minério de ferro. Para exploração do minério de ferro, o Governo elaborou o Projeto Carajás, prevendo o escoamento do minério através de uma ferrovia

até o Porto de Itaqui, no Maranhão. A ferrovia será eletrificada e terá uma extensão de mais de 970 quilômetros.

Não vamos questionar o acerto ou desacerto dessa decisão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque consideramos essa matéria como já ultrapassada no âmbito federal, em virtude da posição tomada e dos compromissos assumidos com base nesta solução. Quero, porém, destacar um aspecto que me parece de extraordinária importância, não apenas para o Pará, mas para o País, relacionado com o Projeto Carajás: a partir de 1975 — quando tomamos conhecimento da decisão definitiva para o escoamento do minério de ferro, através de Itaqui, sem embargo do estudo para a localização, na região da mina, da indústria siderúrgica — procuramos motivar o Governo Federal para que a ponte, de cerca de 2 mil e 500 metros, a ser lançada sobre o rio Tocantins, à altura da cidade de Marabá, não fosse exclusivamente ferroviária.

Nós somos um País que luta com extrema dificuldade para selecionar os seus investimentos; somos um País, sobretudo neste momento, com extrema escassez de recursos, principalmente para determinadas aplicações no setor público e nós estamos vivendo um momento de severa contenção dos gastos públicos, dentro da política geral de combate à inflação, mas, apesar dessa orientação salutar, parece-me evidente que não podemos sacrificar certos projetos que contêm, em si, a solução de outros problemas não menos importantes para o País.

A ponte sobre o Rio Tocantins, para servir a ferrovia do minério de ferro, terá uma extensão de 2.500 metros, mas, se essa ponte for rododotferroviária, ela fará o enlace da Transamazônia, que chega até às barrancas do Rio Tocantins, e sofre uma interrupção natural por esse curso d'água, prosseguindo, na outra margem, em direção a Altamira e Itaituba. Através do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará, mandamos proceder vários estudos para transformar essa ferrovia numa estrada mista — rodoviária e ferroviária — servindo para o escoamento do minério de ferro e complementando, também, a Transamazônica. Máxime que, depois de outro trecho, mais acima, será, em breve, ligado por uma estrada sobre o Rio Itacaiuna. Elimina-se o estrangulamento do Itacaiuna, em Marabá, mas permanece esse maior, porque o Rio Tocantins tem uma largura considerável à altura daquela cidade. Os estudos visavam considerar, sobretudo, problemas estruturais, porque, tecnicamente, a solução ferroviária não comportaria, sem modificação do projeto, uma solução rododotferroviária. E, elaborado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará, pagos pelo Estado, foram apresentadas as alternativas ao Ministério dos Transportes. O Ministério dos Transportes examinou e tivemos a oportunidade de conduzir, pessoalmente, este assunto com o Sr. Ministro dos Transportes e com o Sr. Ministro do Interior, àquela data, ficando demonstrado que a solução mista rododotferroviária acrescentava ao custo da obra, estimado em mais de duzentos e trinta milhões de cruzeiros, cerca de cento e quarenta milhões de cruzeiros. Recursos que poderiam ser obtidos, 50% do POLAMAZÔNIA e 50% do Ministério dos Transportes, cuja locação não seria imediata, porque a obra poderia começar com os recursos já definidos no Projeto Carajás. O desembolso, tanto do POLAMAZÔNIA como do Ministério dos Transportes, viria a ocorrer cerca de dois ou três anos após o início da obra.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, obter-se uma estrada de rodagem de dois mil e quinhentos metros por cento e quarenta milhões de cruzeiros, despesa a adicionar ao projeto ferroviário, — parece-me que seria extraordinariamente vantajoso para o Brasil e, sobretudo, para a Região Amazônica. Esses estudos foram desenvolvidos e, na área tanto do Ministério do Interior como dos Transportes, chegou-se a uma decisão, decisão no sentido de construir a ponte rododotferroviária. E essa decisão foi objeto de um contrato publicado no **Diário Oficial** da União. Houve uma definição técnica, houve uma solução para o problema e esta solução está agasalhada num contrato publicado no **Diário Oficial** da União.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA) — Pois não, nobre Líder, com muita satisfação.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Aceite V. Exª os cumprimentos do seu colega de bancada, representante do Estado do Pará, pelo discurso que faz hoje, e sobretudo pelo raciocínio que desenvolve, extremamente lúcido, a respeito da grande vantagem que representará, com custo adicio-

nal pequeno, a construção da ponte rodoferroviária, e não apenas ferroviária, sobre o rio Tocantins. Deposito fortes esperanças na ação do Sr. Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, sem que isto signifique que não deposite igual na ação do Ministro do Interior, ilustre Ministro Mário Andreazza. Mas, V. Exª, ainda há dias, testemunhava conosco a assinatura, no Palácio do Governo do Pará, de um contrato que significa o atendimento de uma velha aspiração paraense, que é a construção das eclusas no rio Tocantins, para permitir a navegabilidade desse rio acima, portanto, à montante do seu estrangulamento nas corredeiras de Itaboca. E, para isto, o Ministro Eliseu Resende foi, indiscutivelmente, uma peça fundamental, decisiva, para que chegássemos a esse contrato.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA) — Estou inteiramente de acordo com a opinião de V. Exª

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — De maneira que quero dizer a V. Exª que, ao lado do apoio total à argumentação de V. Exª, gostaria que V. Exª tomasse a iniciativa, secundada por nós, de procurar o Ministro dos Transportes e o Ministro do Interior, se for o caso, para que essa decisão a que V. Exª se refere, que já foi tomada em termos de estudos e de viabilidade e até de projeto, me parece que V. Exª disse, não seja modificado. Porque o ponto de vista que V. Exª sustenta é absolutamente racional: com um pequeno acréscimo, ainda que fosse de 1/3 do valor total da obra, isto significa, como V. Exª salientou, permitir, desde logo, uma articulação rodoviária também, não apenas uma ferrovia singular, como é o caso daquela que sai de Carajás para Itaiqui. E é de tal magnitude, de tal importância para a economia daquele vale, que a solução deve ser buscada com a maior pertinência possível. Cumprimentos a V. Exª pela tese que defende.

O SR. ALOYSIO CHAVES (ARENA — PA) — Nobre Líder Jarbas Passarinho, acolho a intervenção de V. Exª no meu discurso, não só pela sua oportunidade, mas pelo alto merecimento dos conceitos que V. Exª emitiu com relação a esse projeto. V. Exª tem uma autoridade que não pode ser sequer questionada, nem examinada, neste Senado, a respeito deste ou de qualquer assunto de interesse nacional. Mas, particularmente a este assunto, como ex-Governador do Pará, governando nosso Estado durante menos de 20 meses, e realizando uma obra fecunda e admirável de recuperação tanto administrativa e política, com base em novos padrões de ética administrativa; como Ministro da Educação e do Trabalho, como parlamentar e como Líder da Maioria, V. Exª conhece perfeitamente os problemas daquela área, como do resto do Brasil, e sabe que será um erro, e um erro grave, se não dermos cumprimento a esse estudo já pronto, à decisão já tomada, no sentido de construir uma ponte mista rodoviária e ferroviária sobre o rio Tocantins.

Veja V. Exª a frequência das obras já realizadas pelo Governo nesta região, e como essa solução vai coroar toda a ação do Governo Federal, na área, em relação ao Vale do Tocantins-Araguaia.

À montante, na Cidade de Conceição do Araguaia, quase defronte de Couto Magalhães, foi iniciada a construção de uma grande ponte, com mais de 700 metros, que estará praticamente concluída este ano, e não ficou, em 1978, em virtude das dificuldades financeiras do Governo Federal, que estabeleceu ligação do Sul do Pará com Goiás e com a Região Central do Brasil; é uma ponte extraordinária, que vem servir à malha rodoviária de toda esta área.

A Transamazônica sofria uma interrupção entre Itacaiúnas e a margem direita do Tocantins. Lá o Governo Federal, também, em virtude de um pleito reiterado nosso — quando digo nosso, digo meu, de S. Exª e do Governo do Estado do Pará — concretizou a promessa de 30 anos e constrói a ponte de Itacaiúnas para Marabá, com mais de 300 metros, a ser concluída no início de 1980.

A Transamazônica sofre, como eu dizia, uma interrupção no trecho do Tocantins, o mais largo, e terá esta ponte uma extensão de 2.500 metros, mas, com ela se fará o enlace definitivo de toda essa malha rodoviária federal, que demanda o Pará, a Amazônia e, de acordo com concepção geral dessa rodovia, deverá mais tarde ligar-se à Panamericana com o prolongamento da Carretera de La Selva, do Peru.

Esta obra é fundamental, portanto, para o escoamento da produção de toda a Região Amazônica e, sobretudo, para a valorização dessa extraordinária rodovia de integração nacional que é a Transamazônica, que vem sendo construída por sucessivos Governos da Revolução.

Quero deixar bem claro, na informação ao Senado, que à data em que as negociações foram feitas com o Governo federal, houve a definição e a decisão de que a estrada seria rodo-ferroviária, tendo a AMZA firmado con-

trato com o Ministério dos Transportes, cujo teor foi publicado no *Diário Oficial*, da União, consagrando nosso pleito, em nome do Estado Pará.

Esta obra, repito, a ser escalonada em dois ou três anos, poderá ficar concluída em 1980 ou 1982, de sorte que os recursos a serem alocados pelo POLAMAZÔNIA ou pelo Ministério dos Transportes não precisarão sê-lo em 1980, e o cronograma financeiro poderá ser feito de maneira a escalonar esses recursos, de tal forma que a participação do Ministério do Interior, através da SUDAM e do Ministério dos Transportes, chegue na etapa final da conclusão dessa obra.

Estou certo de que, com o apoio de V. Exª e da opinião pública nacional, em defesa da nossa área, conseguiremos concretizar essa providência tão salutar, tão benéfica ao desenvolvimento do nosso País.

É o que desejava informar ao Senado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (ARENA — AL) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A fim de que fique inserido nos Anais desta Casa, vou passar à leitura de Editorial do *Correio Braziliense*, desta Capital, do último dia 9:

Título do Editorial:

FRACASSO NA PETROBRÁS

Diante da séria crise dos preços do petróleo e de seus derivados, que já levou o Presidente da República a falar à Nação sobre as vésperas de uma "economia de guerra", é lícito, justo e necessário que o povo brasileiro indague quais as respostas que a sua empresa estatal de petróleo vem apresentando e até onde ela está respondendo, com eficiência, às angustiantes preocupações do momento, e, principalmente, do futuro.

Ora, uma reflexão ainda que breve sobre essas indagações nacionais vai apresentar conclusões pouco favoráveis àquela que é a maior de nossas estatais e uma das maiores do mundo no setor. Com efeito, quando o povo é convidado e compungido a sacrificar-se na economia de combustível, dentro de uma estratégia maior e mais rigorosa de combate à inflação, vem a atual administração da PETROBRÁS inundar o País com uma farta publicidade em torno de tempos idos e vividos, adotando um tipo de propaganda, que, além de desatualizada, não consegue disfarçar a tentativa de cobrir alguns fracassos graves sob o manto sempre atraente e rendoso do emocionalismo.

O País, mais amadurecido, não precisa, de maneira alguma, ser lembrado da página que escreveu há algumas décadas na questão do monopólio, até porque os autores da propaganda de hoje têm muito pouco a ver com aquela jornada de ontem. E não se pode pretender enganar a opinião pública, fazendo crer que a empresa esteja em perigo de vida, quando, na verdade, o que se questiona — e com toda a razão — é a capacidade empresarial da PETROBRÁS de oferecer ao Brasil aquilo que é a razão de ser da sua criação: petróleo brasileiro, de preferência em quantidade suficiente para o consumo do País. O que o povo quer saber é se a empresa vem sendo bem administrada e se ela está na linha de frente da economia de guerra" provocada, exatamente, pelo problema energético.

Não é preciso muito esforço para se verificar que a PETROBRÁS deixa muito a desejar sob esse aspecto de análise. O povo, a quem se pedem sacrifícios, ainda não os viu na sua empresa estatal. A imagem de sua eficiência está seriamente comprometida. Os setores mais responsáveis do País querem mais do que simples propaganda saudosista retirada do baú de ossos da história contemporânea. O Congresso Nacional, conforme pronunciamentos deste início de semestre legislativo, inclusive por parte da Oposição, está vigilante na crise energética e pouco disposto a ser levado com slogans destinados a mascarar a incompetência gerencial. E até o monopólio é questionado por um deputado oposicionista, que propõe a sua abolição.

A Nação sacrificada nesta hora adversa espera do Governo uma PETROBRÁS melhor enquadrada à nova realidade. Não há como fugir à fixação das responsabilidades. O atual presidente da PETROBRÁS de há muito perdeu a sua credibilidade junto à opinião pública. Dentre o elenco de suas ações infelizes e de omissões ainda menos afortunadas está a sugestão, felizmente recusada, de

que o Conselho Nacional de Energia realizasse suas sessões a portas fechadas, como se a abertura política não tivesse começado a 1º de janeiro e como se houvesse campo de manobra para se esconder fracassos administrativos sob o manto do sigilo.

Se já é difícil a um Governo pedir sacrifícios quando a sua maior empresa do setor vive o desgaste da incapacidade de apresentar soluções, muito mais difícil há de ser ao povo brasileiro resignar-se a oferecê-los quando vê à frente da mesma empresa o antigo Ministro que não conseguiu identificar a sua imagem com a do êxito, mas precisamente com a do insucesso diante da crise energética por que passa o País há quase seis anos.

“É preciso, isto sim, que os novos tempos de contenção, de trabalho sério e de resultados concretos frente ao problema energético cheguem, efetivamente, à PETROBRÁS, que é o ponto natural de atenções convergentes da opinião pública, cada vez mais impaciente por soluções e cada vez menos complacente com erros e omissões gerenciais, ainda mais quando praticados por quem já não consegue reunir credibilidade para se credenciar a alguma vitória na linha de frente da batalha energética em que está empenhado o País, com todas as suas forças e esperanças.”

Sr. Presidente, este é o editorial. Não tenho nenhum comentário a fazer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra, o nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: na legislatura passada, em duas oportunidades, tive ensejo de me reportar à sistemática de reconhecimento dos cursos de Ensino Superior, localizados no interior do País, por parte do Conselho Federal de Educação.

Procurei pôr em relevo a situação vexatória e constrangedora a que são levados os graduados por Faculdades pendentes de reconhecimento pelo referido Colegiado, cujos diplomas deixam de ser registrados à espera daquela formalidade legal.

Foi sugerida, inclusive, uma reformulação nas diretrizes que disciplinam o assunto, a fim de torná-los mais flexíveis, sem que isso pudesse significar abrandamento nas exigências relacionadas com o padrão do ensino ministrado.

Normalmente, penosas diligências são cumpridas pelos dirigentes de unidades do mosaico universitário, até alcançar todas as etapas do processo de reconhecimento.

Chegou-se mesmo a sugerir que às Delegacias Regionais do MEC e às Universidades Federais de cada Estado caberia ordenar as medidas necessárias à validade dos Cursos, o que facilitaria, sem dúvida, a processualística até agora vigente.

Todas estas considerações Sr. Presidente, são expendidas em razão de amplo movimento que se esboça na cidade do Crato, no meu Estado, para o reconhecimento da conceituada Faculdade de Direito que ali funciona, ainda sem haver sido beneficiada com o almejado reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação.

Algumas turmas já colaram grau e os seus integrantes não se habilitaram ao exercício profissional, à falta de diploma devidamente legalizado.

Na semana passada, o inconformismo a que chegaram os bacharéis do Crato fez com que os mesmos levassem a efeito passeata pacífica pelas ruas da cidade, com cartazes de protesto, empunhados pelos alunos daquela Escola Superior.

A população, diante da manifestação empreendida, solidarizou-se com os prejudicados, ampliando, assim, a insatisfação que grassa no seio de todos os segmentos da opinião pública da Região do Cariri.

Em palanque erguido no principal logradouro daquela próspera urbs, fizeram-se ouvir vários oradores — todos reclamando providências urgentes para sanar a inexplicável omissão, altamente prejudicial aos interesses de dezenas de bacharéis.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Concedo o aparte a V. Exª, nobre Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto (ARENA — CE) — V. Exª aborda um assunto muito importante para o nosso Estado, principalmente quando sabemos que a cidade do Crato dista nada menos do que 500 quilômetros de Fortaleza e a juventude que conclui o curso secundário, para prestar o vestibular terá que ir a Fortaleza, porque a Faculdade de Direito do Crato ainda não foi oficializa-

da, como bem disse V. Exª Essa, uma das aspirações, um dos grandes desejos justamente da juventude, da população do Crato, — da Região do Cariri, enfim, porque a Faculdade de Direito do Crato não serviria só àquela cidade, em absoluto, talvez servisse à área do sul do Estado do Ceará, para onde iriam todos aquele moços que quisessem seguir o curso de Ciências Jurídicas. Por conseguinte, acho que o Ministério da Educação e Cultura está retardando uma coisa que deveria fazer. A medida viria ao encontro da aspiração do povo cearense, do seu Governo, da classe empresarial e, sobretudo, da classe estudantil do Ceará, que desejam que a Faculdade de Direito do Crato seja oficializada para dar, assim, assistência plena e concreta à mocidade do sul do nosso Estado, o Ceará.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Almir Pinto, que com as suas lúcidas considerações empresta sua solidariedade a este nosso apelo e, mais do que apelo, a este protesto que formalizamos neste instante, pelo retardamento em que se encontra o processo de reconhecimento da Faculdade de Direito da cidade do Crato.

Ao trazer a debate, Sr. Presidente, uma vez mais, na tribuna do Senado — já agora com o apoio do eminente Senador Almir Pinto — a momentosa questão do reconhecimento dos Cursos pelo Conselho Federal de Educação, apelo em favor da Faculdade de Direito do Crato, que continua a aguardar das autoridades educacionais o atendimento de tão justa reivindicação. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o nobre Senador Almir Pinto. (Pausa.)

S. Exª desiste da palavra.

Com a palavra o nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — As matérias constantes dos primeiros itens da Ordem do Dia dependem de votação. Sendo evidente a falta de “quorum”, a Mesa aguardará a oportunidade para iniciar a votação da pauta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jaison Barreto.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores,

É lei do desenvolvimento, que rege o homem, a natureza e a sociedade, que o progresso só possa dar-se através de crises e de polarizações. É assim com a energia, em todas as suas formas, funcionando por diferença de potencial ou desequilíbrio químico. É assim com os organismos vivos, que combinam humores e os descarregam de maneira cíclica, gerando períodos de tensão para agir e de relaxamento para recuperação. E é assim também com a história humana, que gradativamente reúne forças sociais em aparente resignação, para fazê-las explodir em saltos de qualidade, em ímpetos de rebeldia, que acabam por transformar os costumes e as leis.

Ao político interessa, porém, a compreensão desse último processo, na escala social, que envolve a unificação dos sentimentos coletivos e os impetuosos movimentos de massas, que transformam a história, deixando às ciências o estudo dos fenômenos particulares.

Quando, através de análises profundas e abrangentes, o político se recusa a colocar em primeiro plano suas deformações pessoais e seus condicionamentos de educação, compreende a abrangência desse processo e minimiza o papel individual, porque sabe que o indivíduo na história só tem valor como elemento de catalisação dos sentimentos dominantes na grande massa.

Aí, então, recusa o preconceito, o estrelismo ou o carisma, para colocar-se a serviço da coletividade e ser o elemento de difusão de idéias e de concentração de forças para o desenvolvimento da história.

O mesmo ocorre com as nações. Ganham notoriedade e prestígio internacionais quando catalisam sentimentos, como defensores da dignidade humana e da democracia, ou o desprezo e o repúdio dos povos, quando representam interesses egoístas e minoritários, traduzidos numa política de justificação do arbítrio e de amparo aos governos ditatoriais de sua área de influência.

Como economia dependente, o Brasil já se nucleou a diversos países através da história: aos portugueses, do Descobrimento à Independência; aos ingleses, quando da luta contra a escravidão e pela implantação da República; aos norte-americanos, quando combateu o nazi-fascismo. Já houve quem quisesse atrelar-nos ao sindicalismo estatal das burocracias leste-europeias, indiferentes ao ímpeto nacionalista de nosso povo. E hoje há quem queira tornar-nos dependentes do neocapitalismo alemão ou da in-

fluência trilateralista de "democracia relativas", como as que estão por trás da internacional socialista ou da social-democracia européias.

Confiemos, entretanto, que as expectativas libertárias do povo brasileiro, que triunfaram com galhardia sobre influências negativas do passado, saberão esquivar-se também a esse novo canto de sereias. Esta confiança nasce, sobretudo, do estado da correlação mundial de forças, que cria uma perspectiva de 3º Mundo para os países tradicionalmente dependentes.

O imperialismo já teve sua chance.

Sobreviveu às crises cíclicas da superprodução em 1929, graças à participação do Estado na economia, nos tempos do New Deal do Presidente Roosevelt. Sobreviveu, também, à crise que levou à guerra de 39/45, em decorrência da destruição das forças produtivas, assim como de estoques, seus e de seus competidores, redividindo o mercado mundial e as fontes de matérias-primas a seu favor.

Hoje, entretanto, está de mãos atadas em escala planetária e socialmente desmoralizado por sua incapacidade de promover o bem-estar e erradicar a miséria com o incommensurável aparato produtivo de que dispunha. Porque o imperialismo instalou, no mundo contemporâneo, uma sociedade perdulária, violenta, neurotizante e predatória, poluente.

Desorganizou os costumes e fez crescer a marginalidade, envenenou os mares e a atmosfera, exauriu recursos energéticos, depredou reservas florestais, generalizou o crime e a prostituição, difundiu a violência por formas de cultura contaminada com seus valores degenerativos, estendeu a contravenção, corrompeu sociedades e pessoas, fez proliferar o uso de drogas e sustentou sistemas fascistas em todo o mundo.

Foragido do Vietnã, onde a falta de autoridade social destruía suas entranhas, por falta de apoio de sua própria população, ainda não se dispôs a qualquer outra aventura guerreira, com ocupação direta em qualquer parte do mundo, apesar da fantástica máquina de destruição que ainda possui — porque vislumbra, nessa insensatez, a perspectiva de sua destruição final. Mas ainda manipula, pela intimidação e pelo preconceito, as oligarquias mais atrasadas da África, da Ásia e da América Latina. Esta nova estratégia, entretanto, não lhe concede prazos para rearmar-se e desfechar o golpe de misericórdia, com chances de vitória. A disposição das massas do 3º Mundo acua-o por todos os lados.

Mal perde o "relais" de vigilância no Oriente Próximo, com a queda do modelo iraniano, já é assaltado com a derrocada do "relais" nicaraguense para a América Central. Mal começa a investir no artificial acordo Béguin-Sadat, para criar nova base de operações na rota do petróleo, e já tem que investir recursos astronômicos em El Salvador e adjacências, por temor à cubanização do Caribe.

Perdeu, recentemente, as monarquias nazistas de Portugal e da Espanha, diante do ímpeto libertador das populações coloniais. Ajoelha-se diante da OPEP, clamando por misericórdia. Nessa liturgia do desespero, é acompanhado, em gesto maquinal, por todos os seus asseclas que, como conver-sos ao Islamismo, têm de fazer sua peregrinação a Meca.

Maquinando com a intriga — arma branca e traiçoeira que esgrime com proficiência — tenta desagregar seu inimigo de classe no golfo de Tonkin, aproveitando-se das contradições interburocráticas das elites dirigentes dos países comunistas, para gerir a comoção mundial em seu proveito. Mas a decepção refluí a crise ao seu próprio território, onde aumentam as contestações sociais, a inflação, o desemprego, o recrudescimento da luta racial e — o mais importante de tudo — a reanimação do movimento operário das "trade-unions", que agora se nucleiam em termos programáticos.

Desmoralizado política, social, econômica e culturalmente, suspendeu a mão pesada da diplomacia do porrete, ao retirar de cena sua gendarmaria universal, por ineficiente. O lobo vestiu a pele do cordeiro, para sobreviver da caritativa ingenuidade das nações de sua periferia. Acenando com a falaciosa bandeira dos direitos humanos, que agita parcimoniosa e seletivamente, e com o mimo de sua já desmoralizada tecnologia poluente, incutiu-lhes uma imaginosa teoria de segurança nacional, para arrancar, de seus povos atrasados, subnutridos e enfermos, a título de gerenciamento e direitos autorais, uma hipoteca de suas minguadas produções. E entregando os anéis, para não perder os dedos, aceita a distensão que a história lhe impõe. O imperialismo, na velhice, sofre de pele curta, doença contagiosa, que se estende a seus satélites e a todos os que com ele contracenam.

É dentro desse contexto sistêmico que se devem encarar as aberturas viáveis que, "lentas, graduais e seguras", ganham corpo na América Latina.

Assoberbados por uma dívida externa sufocante, massacrados por uma inflação desesperada, que deixa suas economias próximas da insolvência, com um mercado externo supersubsidiado, os governos fortes latino-americanos, apesar de todo o arbítrio de que dispõem, não conseguem es-

boçar um gesto de audácia verdadeiramente revolucionário, que seria o rompimento nacionalista com as linhas de dependência que os atrelam ao destino sinistro de suas metrópoles.

Isto se dá por um fenômeno paradoxal. Eles estão transidos de medo por uma dupla fantasia, que lhes tira o sono: têm, de um lado, um medo atroz ao socialismo e, de outro, o pavor da reação imperialista. Essa dupla insuficiência psicológica se radica numa insuficiência histórica: em ambos os casos, essas elites dirigentes desconfiam do povo, ignorando que a autonomia popular é a única salvaguarda possível contra esses dois perigos extremos. Têm, para com as massas, uma atitude paternalista e arrogante. Achem que as massas, são vingativas, ignorantes, ingênuas ou anárquicas e desprovidas de qualquer sentimento de organização e cooperação.

Por isto mesmo todo ditador é um "pai-herói" que fabrica, com zelos de artista e atitudes estudadas, o aparato de seu próprio culto à personalidade.

Encenam, em público, ou na presença de câmeras de cinema adrede preparadas, um desempenho de suposta dignidade e elevação de caráter, uma falsa ternura ou uma pretensa firmeza. Esse traço de caráter, comum a todos os autoritários, levou certa vez o escritor Iliá Ehrenburg a sintetizar, com rara felicidade e fina ironia, numa pieguice pública do inflexível Stálin, a personalidade ditatorial, numa frase lapidar:

"Todos os ditadores são sentimentais!"

A nação acompanha, com interesse, o esforço presidencial de Figueiredo para livrar-se da herança macabra que lhe legou o autoritarismo geiselista, como verdadeiro presente de grego. Mas vê que as entranhas de seu cavalo só tem escudos multinacionais, enquanto Ulisses aguarda, nos portões da cidade sitiada, com suas divisões de autênticos Argonautas, o desenvolver da tragédia homérica.

Ora, ainda recentemente, na sua coluna "Em primeira mão" Hélio Fernandes perguntava como seria possível ao esquema publicitário do Planalto compatibilizar a imagem populista do Presidente com seu governo cada vez mais impopular. Essa contradição só poderá ser resolvida no rompimento do modelo econômico com seus sustentáculos polarizados no exterior, através da intervenção estatal no sistema financeiro, nas multinacionais e na oligarquia rural, porque as concessões liberais-democráticas não serão suficientes para a pacificação da sociedade civil, se não se fizerem acompanhar de profundas transformações sociais, que resolvam a gravidade do problema habitacional da população, que resguardecem os pais de família do desespero da perspectiva de não poderem educar seus filhos, tanto pela falta de uma estrutura capaz de erradicar o analfabetismo, como também pelos preços cada vez mais escorchantes da escola de segundo grau e dos cursos superiores particulares, que são simples emissoras de títulos de nobreza, num verdadeiro "open-marketing" da cultura. A modificação dessa imagem não prosperará enquanto não se resolverem os problemas ligados à produção e comercialização de alimentos, pois o Presidente foi à feira, passando por sobre seus ministros da área econômica, para encontrar-se com o povo, esquecendo-se de que já não é mais o povo que frequenta as feiras, mas apenas seus estratos mais aquinhoados. O grande povo marginalizado das favelas já está na situação dos versos de Junqueiro: "é uma população anônima e esfaimada, que disputam o jantar, às 3 da madrugada, no enxurro, aos cães sem dono". Essa imagem não mudará, enquanto os contingentes de subnutridos, que são expulsos do campo e vêm para a periferia das cidades se atropelarem nas filas do sistema assistencial, onde os recursos dos trabalhadores são repassados generosamente aos arrivistas da comercialização da medicina, exibindo uma assistência médica sofisticada em atroz afronta à miséria de nosso povo, como também não mudará se não for urgentemente resolvido o crucial problema dos transportes coletivos, cada vez mais caros, inseguros, desconfortáveis e insuficientes.

É lógico que o Presidente Figueiredo já não tem a mesma catadura feroz dos governantes que o precederam nos últimos 15 anos de excepcionalidade, em razão da impossibilidade de manter coesa a "inteligentzia" do regime, onde a tecnoburocracia está perplexa e em crise ideológica.

A abertura assim está a caminho do Brasil porque os interesses ancorados no sistema autoritário precisam mudar a forma de sua dominação para evitar o pior, que seria o desforço com uma sociedade exasperada de resultados imprevisíveis. Mas, as forças sociais que a encaminharam estão desperdiçando tempo na discussão secundária, sobre que fato social teria sido o detonador da distensão. Indagar que estrato social ou cidadão funcionou como pé-de-cabra nas eclusas da excepcionalidade é uma questão metafísica. O processo não cabe preocupações mesquinhas de proprietário para levar as honras ou as vantagens da abertura.

Como nas mãos de Eurídice esta peça só tem um figurante: o povo. Foi dele que saiu o sacrifício de Herzog, voz da imprensa calada na calada da

noite institucional brasileira; foi dele que saiu o sacrifício de Fiel Filho, operário metalúrgico, tempera brasileira que, para não se dobrar, quebrou-se; foi dele que saiu uma plêiade de desaparecidos ou anônimos torturados; foi dele que saiu o verbo inflamado do expedicionário Teotônio Vilela, que veio do Morro do Engenho, ancorado no seu gibão de cabra-da-pestes, com frases mais cortantes que "peixeira" de cangaceiro, sob a forma de canção; foi dele que saiu o sacrifício piedoso do Padre Burnier e a palavra evangelizadora de Evaristo Arns e Casaldaglia. Foi dele que saiu a dissidência militar de Euler Bentes e Hugo de Abreu; foi dele que saíram os empresários nacionais, sufocados pelo capital e pela competição internacional; dele, os cientistas, os estudantes na irreprimível greve da UnB; dele, os índios como Juruna.

Mas ainda é um servidor do modelo econômico selvagem de seus antecessores, a cujos compromissos está ligado pela estrutura ministerial comprometida com o passado, que herdou e mantém. Não é por outra razão que lega ao País uma anistia rancorosa, com traços de indulto, e uma abertura partidária sob controle do suborno e da ameaça, enquanto mantém a vigilância aos meios de comunicação de massa, através do SECOM e das medidas de perseguição parajurídica sobre a imprensa alternativa.

Não percamos, porém, as esperanças. A conjuntura política mais recente está dando saltos acumulados de qualidade, com o recrudescimento da exasperação popular, através de inúmeras greves e enfrentamentos localizados contra a repressão, cujo perigo de generalizar-se, como no processo iraniano ou nicaraguense, tem o valor de uma advertência, que polariza os suportes institucionais do regime. A reabertura da discussão sobre a necessidade da defesa do monopólio estatal da energia — especialmente da PETROBRÁS — a mudança da linguagem do Ministro do Interior quanto aos problemas da ocupação da Amazônia, a discussão da necessidade de enfatizar o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, assim como o da reversão dos planos viários para as hidrovias e ferrovias são alguns sintomas do advento de uma pressão nacionalista sobre o Ministério de Figueiredo, que certamente tem respaldo no seio das Forças Armadas, onde as influências da direita são cada vez mais isoladas e minoritárias. Tudo isto não indica, ainda, uma clara divisão de águas no curso da administração do sistema, embora traduza um grande esforço de adaptação dos elementos mais atrasados da equipe ministerial às expectativas dos elementos mais lúcidos da mesma equipe.

O esforço de Rischbieter para intimidar o setor financeiro, com a insinuação da possibilidade de estatizar os bancos, embora não seja sincero e decidido, porque procura conciliar, tem, entretanto, na sofreguidão da renúncia de Simonsen, o melhor indicador de que o termômetro das tensões internas do regime está em elevação, o que coloca a opinião pública do País atenta aos próximos gestos presidenciais, como centro que é das pressões e contrapressões da semana política que ora se inicia.

Mas a Oposição também tem responsabilidades e um desafio a resolver. Assim como não será suficiente ao governo, para pacificar a nação, satisfazer ao clamor popular por aberturas democráticas amplas, como a anistia, a constituinte e a pluralidade partidária, mas complementá-las com medidas concretas de transformações econômicas e sociais profundas, assim também a Oposição não pode perder-se em formalidades, aceitando o ritmo institucional orquestrado pelo Executivo. A Oposição pode e deve exigir mais, organizando a discussão pública de um programa amplo das transformações que se fazem necessárias.

A conjuntura mundial obriga, em curto prazo, o desarmamento dos espíritos. Como partes do mesmo processo, as conjunturas nacionais também exigem a acomodação democrática, para um salto de qualidade das forças produtivas e das relações de produção. O que nos espera ao fim das greves e do reordenamento jurídico da sociedade, com o desaparecimento da crise política, senão a acomodação da crise econômica e da crise social?

A necessidade de preparar-nos para a etapa que se seguirá, com a superposição de um programa econômico-social às atuais propostas de redemocratização é a única maneira de evitar que o quadro repressivo se reorganize. É preciso opor e discutir um programa alternativo à ditadura econômica, que se mantém intacta, com os interesses das multinacionais e do estrato latifundiário-exportador sufocando o pequeno e o médio produtores, asfixiando o consumo, realimentando o desemprego, preparando a recessão e, *ipso facto*, criando as condições ideais para novos golpes de Estado contra as liberdades públicas.

Enquanto a Oposição se enreda na discussão limitada da anistia, da constituinte e do pluripartidarismo, o Governo cria uma onda artificial de crise energética, à qual procura responsabilizar por todos os seus fracassos,

preparando a entrega da PETROBRÁS às multinacionais, agravando o quadro de dependência aos verdadeiros responsáveis pela crise.

Precisamos desmistificar a "crise do Petróleo" em que o Governo se apóia para desfechar sua economia de guerra, que até agora nada mais tem sido que um estado real de guerra contra outros setores da população. Os operários já pagaram o preço de um crescimento vegetativo da economia em favor do interesse estrangeiro. Agora chegou a vez das classes médias. Mas quando chegará a vez do pagamento dos grupos dominantes, das multinacionais, dos exportadores, dos latifundiários e dos financistas, que se enriqueceram com o sacrifício dos trabalhadores através do arrocho salarial? Ao novo Ministro do Planejamento se impõe a tarefa de dividir o bolo, que está concentrado nas mãos de menos de 5% da população, entre os banqueiros e os testas-de-ferro das companhias internacionais.

O Sr. Evandro Carneiro (MDB — AM) — Muito bem!

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — O que está em discussão, neste momento, é a superação da anistia, numa saída para os problemas do País e de sua sofrida população. Num momento em que a discussão da abertura partidária envereda por descaminhos sem princípios ou programas, des-cambiando para o interesse pessoal de velhas oligarquias e novos oportunistas, no tratamento secundário da criação de siglas e na ressurreição de indivíduos, a Oposição mais consciente tem um importante papel a desempenhar.

Ela precisa compreender e divulgar, alto e bom som, que nenhum país progrediu através do submetimento ao imperialismo, mantendo a estrutura semicolonial da manutenção de latifúndios improdutivos e respeitando privilégios dos concentradores da renda. Ao contrário, todos os países que contemporaneamente dão um salto revolucionário estão procurando formas nacionalistas e populares de reorganização social e econômica. Esse é o ensinamento do Irã, que nacionaliza as companhias de seguro, as metalúrgicas estrangeiras e as exploradoras de petróleo. É assim também com a Nicarágua, que nacionaliza os Bancos e as minas, fazendo a reforma agrária e dando acesso aos trabalhadores rurais à propriedade parcelar da terra.

Acompanhamos com atenção as tentativas dos trabalhadores e de Leonel Brizola para criarem seus partidos, assim como de outros grupos minoritários para criarem tendências independentes no quadro partidário. Todos criticam o MDB por sua heterogeneidade, como causa para a acusação de imobilismo.

O MDB assimila tais críticas e acusações, procurando adaptar-se às novas exigências políticas da sociedade brasileira pela ampla discussão no seio de suas diferentes tendências, com uma democracia interna que se aperfeiçoa a cada dia, regenerando suas distorções. Com isto vem mantendo uma unidade cada vez menos abstrata, que desencoraja e inviabiliza seu fracionamento, contendo o adesismo de seus quadros mais débeis e nucleando, em grupos cada vez maiores, suas tendências progressistas, sensíveis aos reclamos de parcelas cada vez maiores da sociedade brasileira. Este fenômeno, com as hesitações e os avanços qualitativos naturais numa fase de acomodação de toda a sociedade, vai mudando a correlação de forças na conjuntura nacional e passando a iniciativa do processo gradativamente às forças populares, que ganham tempo contra os interesses do sistema autoritário, que tem de reciclar-se constantemente e adiar seu cronograma de dominação. Como o MDB ainda não se fracionou, como esperavam os especialistas do Planalto, o sistema autoritário já cogita em retirar a exigência de 10% de Senadores e Deputados para a formação de novas agremiações. Se, por um lado, esta medida facilita a criação de novos partidos, por outro debilita e desencoraja quantos desejassem um quadro partidário facilmente manipulável por oligarquias. Ao mesmo tempo, amplia o espaço para a intervenção de tendências políticas há muito reprimidas no processo político brasileiro, como, por exemplo, as inúmeras frações das tendências de esquerda. É esta funcionalidade do MDB que mantém sua sobrevivência, atraindo importantes setores do sindicalismo autêntico e dos trabalhistas históricos para a criação de um pujante partido de massas em torno de seus setores mais avançados, no momento mesmo em que tanto os trabalhistas, quanto os sindicalistas fazem esforços para a criação de seus partidos.

Importa, pois, compreender que equívocos ou limitações estariam enterrando tais projetos independentes. E a primeira deficiência, que salta aos olhos, nos parece uma falsa compreensão do desenvolvimento sociológico do Brasil nos últimos 15 anos. O primeiro equívoco de quantos querem formar novos partidos é supor que a sociedade brasileira se manteve estática sob o manto institucional da excepcionalidade. O ledo engano, que se radica na falta de confiança nas massas, não lhes deixa ver que elas cresceram interiormente durante a exceção, assimilando e meditando sobre a experiência mundial de outros povos, que foram experiências geograficamente distintas,

mas socialmente próximas. Enquanto, no Brasil, o arbítrio fechava o universo da comunicação, no resto do planeta as massas progrediam, discutindo a poluição, desenvolvendo técnicas produtivas, enfrentando a opressão, desenvolvendo a arte e a cultura, afastando o colonialismo e até fazendo revoluções, fornecendo lições às massas oprimidas da América Latina. Não sabemos a extensão e o volume dessa conscientização política no Brasil, porque jamais foi aferida por eleições ou manifestações de massa inteiramente livres. Mas ela se expressou na maciça votação do MDB em 74 e 78, assim como se manifesta, hoje, na unidade grevista de quase todas as categorias funcionais do País, com irreprimível ímpeto e elevada organização. A combatividade das massas hoje no Brasil parecem ser um indicador seguro de que elas não desejam apenas a correção salarial, mas a intenção de arruinar o conjunto do modelo econômico e social, na busca de um novo pacto jurídico em que as multinacionais sejam afastadas e o sistema financeiro regenerado em favor do desenvolvimento de suas necessidades.

Isto exigiria, dos formadores de novos partidos, a necessidade de assumir um programa corajoso de transformações sociais e econômicas amplo e claro, com medidas de intervenção nos Bancos, na indústria química, no setor de medicamentos, na propriedade rural, no comércio exterior, prevendo o pleno emprego, o controle operário da previdência social, a garantia de uma escala móvel de salários, para garantir o poder aquisitivo dos trabalhadores e uma escala móvel de horas de trabalho para evitar o desemprego e a rotatividade da mão-de-obra, além de uma previsão sobre como modificar o sistema educacional, para garantir a todos o acesso à cultura, para acabar com o analfabetismo e equalizar a sociedade em seus anseios e em suas oportunidades.

A falta de tal compreensão e a principal debilidade dos que se nucleiam em torno de Brizola para reorganizar o PTB, porque o seu programa é conciliador com o imperialismo europeu, através de acordos com a internacional socialista e com a social-democracia — que são muito semelhantes entre si — além de ser favorável à desestatização da economia brasileira através da autogestão. (Muito bem!) E todos sabemos que os países atrasados e dependentes, onde o capitalismo é filho do Estado, não podem prescindir da estatização de seus setores estratégicos, sob pena de retornarem ao *status* de colônia. Quanto à autogestão e à social-democracia, sabemos também de sua inviabilidade em países dependentes, pois a social-democracia só é hoje poderosa e eficiente nos países que exportam capitais, tecnologia e serviços, coisa que o Brasil não poderá fazer tão cedo em sua história.

Cumprir observar, também, que não apenas as massas fizeram seu exercício de crescimento interior da consciência durante a excepcionalidade, mas também que todo o sistema produtivo foi modificado, com relações de produção que já não se adaptam às estruturas do passado. Já ao final do Governo Kubitschek se podia perceber a unificação das oligarquias rurais com as gerências estrangeiras do setor exportador e dos grandes Bancos. A expressão política dessa transformação econômica foi a derrota do candidato situacionista Henrique Lott na luta pela presidência. Esse processo se acentuou com as crises de acomodação que assaltaram os Governos de Jânio Quadros e João Goulart, descambando no movimento de 64, que expressou o ascenso dessas forças ao poder.

Abandonada à sua própria sorte, sem créditos ou planos, a economia rural mudou de mãos, com inúmeras propriedades sendo repassadas às multinacionais ou à tecnoburocracia adventícia, enquanto o trabalhador do campo se transformou em bôia-fria, nas mãos de um setor voltado apenas para a exportação. Hoje todos esses setores têm expectativas próprias na transformação do modelo econômico e não se filiam mais às antigas siglas ou coalizões que as levaram à derrota histórica. As eleições de 74 e 78 demonstraram, sobejamente, a correção de tal análise, pois apenas o Nordeste, que não recebeu qualquer estímulo, permaneceu com seu eleitorado mais ou menos preso às rédeas do coronelismo pessedista. Toda essa mudança conjuntural modificou a expectativa de instituições transcendentais, como a do clero, a da Justiça, a da Educação e a das Forças Armadas.

E é aí que podemos perceber o restante das deficiências de todos aqueles que querem hoje criar novos partidos. Eles ignoram a essência de tais transformações no corpo dessas instituições, a que agredem, sistematicamente, sem qualquer motivo. Confundem especialmente as Forças Armadas com a excepcionalidade, dando curso a preconceitos contra os militares, ignorando que a tortura, a repressão e o autoritarismo sempre foram o apanágio de direções minoritárias, em conluio com os grupos dominantes e apoiados na disciplina imposta pelos regulamentos dessas corporações, que sufocam, no nascedouro, qualquer tentativa de manifestação de sentimentos divergentes.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB — RJ) — Muito bem!

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Tanto Lula, Brizola, parecem estar se deixando envolver por uma propaganda oficial que se dirige a incutir-lhes um falso sentimento de predestinação, que sabemos radicar-se não em habilidades ou dotes individuais — que realmente têm — mas na ação que já desenvolveram como catalisadores da vontade das grandes massas. O prestígio de Brizola — que não se estende a seus acólitos na criação do PTB — está fundamentado nas ações de sua vida pregressa, como o Governador intemorato que nacionalizou duas multinacionais no Rio Grande do Sul e que organizou a defesa da legalidade em 62, formando uma frente cívico-militar com a oficialidade que se nucleava em torno do General Machado Lopes. É do Brizola nacionalista e das frentes amplas que o povo tem saudade e que o MDB, pela vontade de seus grupos mais conscientes, tem o anseio de acolher em suas fileiras, para desagregar os adesistas.

Quanto a Lula e aos sindicalistas autênticos, seus carismas não são diferentes. Eles foram forjados na luta contra o regime autoritário, contra o patronato, na proposição do delegado sindical e na direção firme dos movimentos grevistas de São Paulo e Minas. Sua força vem da combatividade das massas que lideraram nessas lutas, que precisa esclarecer-se num programa político amplo de transformações sociais e de independência nacional.

Estamos certos, absolutamente convencidos, de que tanto Lula quanto Brizola se debruçarão com interesse sobre essas ponderações, que são francas, mas fraternas, e sobretudo feitas com o interesse sincero de servir à nacionalidade, chamando-os a discutir com os estratos mais avançados da Oposição brasileira acolhidos na legenda do MDB. E confiamos também que ambos corrigirão, em curto prazo, os seus desvios, pois Brizola não ficará insensível aos clamores e necessidades das massas brasileiras quando com elas retornar o seu contato, no regresso que projeta para breve, ao Brasil. E Lula reformulará muitos pontos de vista se ampliar a base de participação de todas as tendências que desejam discutir no seio do pujante operariado brasileiro, pois nenhum partido de futuro irá surgir de cima para baixo no Brasil contemporâneo, ignorando as Forças Armadas e o clero, os cientistas e os estudantes, os intelectuais e o proletariado, os índios e os ecologistas, o movimento feminino, as donas-de-casa, os trabalhadores rurais, os pequenos e médios empresários, os comerciantes e os funcionários públicos, assim como os trabalhadores das áreas liberais, como os médicos, os engenheiros, os advogados, os químicos, os agrônomos, os odontólogos e todas as demais camadas que empobrecem e se proletarizam como vítimas das multinacionais, do setor exportador e do setor financeiro.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Com o maior prazer.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Nobre Senador, estou ouvindo com o maior respeito o discurso de V. Ex^a Esta Casa e o País precisam, no setor político, de manifestações claras, que vão definindo as posições de seus representantes, que somos nós, os representantes do povo. O discurso de V. Ex^a importa na apresentação de um programa, de um programa a se apresentar...

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — A discutir, se me permite.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — ... a discutir. Eu louvo e até me congratulo profundamente com V. Ex^a É verdade que, se não fosse a inconveniência de interromper o oportuno discurso de V. Ex^a, faria várias ponderações. Lamento que até agora V. Ex^a não tenha dado a extensão das dificuldades que o Brasil enfrenta, que V. Ex^a aponta, para as dificuldades que enfrentamos todos nós neste terrível planeta que se chama Terra. Se formos, por exemplo, a este extraordinário país que se chama Alemanha, de onde vim há pouco tempo, ou ao Japão, V. Ex^a verificará que um povo cujo salário médio, comparado com os nossos, é algumas vezes maior, ou seja, para o japonês, e principalmente para o alemão da República Federal Alemã, é de uma média de Cr\$ 25.000,00 por mês. Saiba V. Ex^a que ouvi não de um, mas de numerosos homens daqueles países, inclusive de operários classificados — lá quase todos os operários são classificados, a não ser os italianos, espanhóis ou portugueses, que para lá vão trabalhar em serviços mais rudes — queixarem-se tremendamente das dificuldades que enfrentam para manter suas famílias e para manter o padrão mínimo de vida de que necessitam. Vê V. Ex^a que há um problema mundial de dificuldades e que, dentro desse problema, uma série de fatores temos que considerar que atingiram não apenas países como o nosso, que estão lutando para sair de uma fase muito mais difícil do que outros países da Ásia ou da própria América do Sul. Isto tudo, Sr. Senador, neste meu aparte — talvez eu volte a apartear-lo, — para dizer a V. Ex^a que, quando se pensa neste País em reformulações partidárias, quando se pensa em caminhar na direção de um partido socializante, como V. Ex^a

apresenta, é preciso pensar na extensão do Brasil e na extensão das dificuldades mundiais que também nos atingem. Perdoe V. Ex^a esta primeira interrupção.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Quero crer que o modelo alemão decididamente não serve às preocupações nacionais. Tivéssemos nós que repetir os dados que demonstram viver a grande parcela da população brasileira com índices que *envergonham qualquer país subdesenvolvido*, veria V. Ex^a que os nossos problemas são distintos. No que diz respeito à crise mundial, especificamente da energia, sabe V. Ex^a que esses países encontraram fórmulas de fugir desse problema. E li há bem pouco que o Japão praticamente equacionou a sua dependência em termos de energia, fugindo à crise que hoje assola os países subdesenvolvidos. Mas, o que queremos deixar claro é que 15 anos de dominação, com um modelo que chegou ao esgotamento, obrigam a Nação a procurar novos rumos. Não há como se procurar tapar o sol com substituição de Ministros se permanecem todas as distorções que levaram o País à falência, que marginalizaram milhões de brasileiros, que não nos deixaram nada em termos de previdência social, de modelo educacional, a demonstrar que, ou o País se decide por um outro tipo de sociedade, que não esta, dominada por este capitalismo selvagem que só serve a banqueiros e a meia dúzia de senhores, não haverá reformas partidárias, não haverá verdadeira democracia neste País.

E o que pretendemos, não impondo um programa, é chamarmos as oposições brasileiras e, inclusive, alguns setores que hoje, dentro do Governo, entenderam que falharam na sua destinação de procurar fórmulas que nada tinham a ver com as necessidades populares e que hoje pipocam aqui e acolá, principalmente dentro das Forças Armadas, tão acoimadas, às vezes, de responsáveis pela manutenção desse *status quo* e que hoje, à sua maneira, estão decididamente pressionando este Governo no sentido de um nacionalismo, já que este Governo foi o Governo mais entreguista que a Nação já teve em toda a sua história; que aprofundou a dependência nacional a níveis insupportáveis.

Toda essa acomodação partidária haverá de ser colocada em cima de um mínimo de programa que defenda aquelas teses que, sei, ericam os pelos de muitos reacionários, mas que são o único caminho capaz de satisfazer as reivindicações da nossa gente.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Com o maior prazer.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Nobre Senador Jaison Barreto, há algumas injustiças que não se pode deixar sem anotar, com essa expressão. V. Ex^a falou do problema energético. Eu vim da Alemanha, de outros países da Europa, percorri alguns da América do Sul, e temos que fazer justiça a esses Governos de depois de 1964. O esforço foi grande. Não tivessem os nossos Governos atirado-se com o esforço que fizeram para as nossas hidrelétricas, o que não seria deste País? Quanto a isso temos de fazer justiça. Criticam uns, louvam outros o Programa Nuclear brasileiro, mas a verdade é que se não o tivéssemos começado, o que não diriam os senhores, sobretudo da Oposição, e muitos dentro do meu próprio Partido, da ARENA? Eu louvo o programa do Governo e a coragem, também, de se atirar nesse programa. V. Ex^a dirá que foi muito pouco. Estou de acordo com que V. Ex^a diga isso, e talvez tenha sido muito pouco, mas foi um gesto corajoso e nós, nesses anos, quantas vezes aumentamos o nosso poder energético, levando às populações a energia elétrica e também ao nosso desenvolvimento industrial? Quando falamos, também, como V. Ex^a falou, do problema educacional, temos que fazer justiça ao que se fez neste Governo — com muitos erros, concordaria com V. Ex^a — principalmente quando vemos milhões de brasileiros conseguindo penetrar nas escolas, desde as de ensino primário até as de ensino superior...

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Nas escolas particulares.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Nas particulares e nas públicas dentro de certo esforço e isso é preciso o Governo disciplinar; que pague as escolas superiores ou os que podem pagá-la, para que não puguem os que não podem. Eu mesmo estudei em uma escola superior, pagando; fosse hoje, talvez eu estudasse numa escola, sem pagar, quando poderia pagá-la. Então, temos que reconhecer o esforço do Governo, também, no plano educacional. Aqui mesmo, dentro desta Casa, já foi mostrado quantas vezes crescemos nesse campo. Desta forma, nobre Senador, com o maior respeito ao discurso inteligente e oportuno de V. Ex^a — permita-me que lhe diga — e eu queria apenas dizer a V. Ex^a que todos nós brasileiros, os mais novos e os mais velhos, temos de pensar em ajudar com críticas, levando sugestões e até aceitando mesmo as mãos que nos estende o atual Presidente, que sentimos desejoso de colocar o Brasil o mais próximo que puder das suas populações

necessitadas. E estas, como V. Ex^a, reconheço, são as que mais incomodam a nós todos, ao País e até nos envergonha. Este é o esforço do Presidente da República. Quando ele vai a um mercado, como V. Ex^a citou, quando ele se aproxima do povo — e eu o tenho acompanhado algumas vezes — sinto o seu desejo de receber elementos, através de sugestões, de observações, através de orientação e até mesmo de programas, para que possa servir ao nosso povo. Perdoe V. Ex^a mais uma vez este aparte.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Os tempos mudaram, o linguajar mudou, mas estou convencido de que as intenções não. Se continuarmos, no desenvolver desta crise, aqueles que mantiveram a Nação no regime que não dizia aos interesses de todos haverão de propor, dentro em breve, um governo de união nacional. E nós da Oposição seremos, provavelmente, acusados de não patriotas, por não estendermos a mão àqueles que veladamente, ou de maneira muito inteligente, procuram se perpetuar. Mas o tipo de discussão que propomos, exatamente para que não nos tirem do rumo das nossas convicções, é de que este Governo é incompetente.

Quanto à crise de energia a que V. Ex^a se referiu, em 1973, as oposições brasileiras denunciaram ao Governo as pressões que surgiram no sentido de um comprometimento cada vez maior em relação às fontes energéticas.

Isso foi discutido na Câmara, no Senado e mesmo de maneira fechada nos nossos centros científicos; o Governo não ouviu.

O Programa PROÁLCOOL que já vem de anos e anos, de 1950, 1943, não foi ativado, e 6 anos depois está ainda para ser complementado.

A dependência do petróleo importado, com esse rodoviarismo que o Governo tanto defendeu, agravou a dependência. O nosso carvão não foi devidamente aproveitado e continua sem ser bem aproveitado. As nossas hidrovias continuam aí. Simplesmente, acabaram com as ferrovias no País. De modo que só um Governo sem horizontes e sem visão poderia ter deixado o País na situação em que deixou.

O problema educacional. Sabe V. Ex^a que nem o próprio Ministro da Educação tem a ousadia de pretender defender o modelo que aí está? Há grave crise no modelo educacional brasileiro, fruto das distorções, do despreparo e da política elitista que o Governo defendeu no campo educacional. E nós pretendemos um novo modelo.

Ouçó com o maior prazer o aparte do nobre Senador Evandro Carreira.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador Jaison Barreto, eu, já de algum tempo, estou indócil, não posso ficar impassível, diante da peça monumental que V. Ex^a está proferindo.

V. Ex^a está anatomizando este Governo; está, ao mesmo tempo, apresentando uma síntese muito sábia das correções do modelo e do projeto que este Governo deveria ter adotado, e que deve adotar doravante.

A sua peça é extraordinária. Merece ser lida por todos os cidadãos desta Pátria, não só pelo Brizola e pelo Lula, para quem deveria se constituir no livro de cabeceira deles, para entenderem que estão apenas sendo objeto de um trabalho de dissociação e de desintegração das oposições, e perdessem essa vaidade estúpida de quererem ser presidente de partidinho, e se integrassem na Oposição. V. Ex^a está dizendo isto.

Agora, o resto é enrolação; essa conversa do nobre Senador Gabriel Hermes — e me perdoe S. Ex^a — é "papo para mãe de moça". O povo brasileiro não vai mais atrás dessa enrolação. Nobre Senador, as carências do povo alemão são completamente diferentes das do nosso. O operário alemão aspira por um automóvel, por uma peça protética de platina; o operário brasileiro aspira por pão, pelo amor de Deus!

Não é possível ouvir isto impassível, nobre Senador! Não posso ouvir isto quando 50 milhões de brasileiros estão sujeitos a comer rato no Nordeste. Querer dizer que as carências são similares... São completamente diferentes!

Claro, lógico e óbvio, à proporção que um povo evolui, as carências não desaparecem, as solicitações não desaparecem; elas vão se sofisticando, vão se apurando na proporção do patamar tecnológico que esse povo atinge.

Claro que os alemães, se continuarem evoluindo assim, daqui a mil anos não vão mais pretender o que pretendem hoje; pretenderão outra coisa mais sofisticada. Mas, o nosso trabalhador não, ele tem fome; ele morre nas filas do INPS; ele é engodado pelo Banco Nacional da Habitação; ele é assaltado, há verdadeira política de rapinagem com a correção monetária. Esta é a verdade. O meu ouvido já não aguenta mais essa cantoria de que há dificuldades, mas o Brasil há de chegar ao seu verdadeiro destino, um dia seremos todos envolvidos na bandeira da fartura e subiremos ao Nirvana para um encontro com Odim... Essa história já cansou e ninguém agüenta mais, ninguém agüenta mais essa enrolação.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Jaison Barreto? Serei breve.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Pois não.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Apenas para dizer ao meu vibrante colega do Amazonas que essa história de comer rato, S. Exª que conte nos seus discursos dentro da Amazônia, na fase política, porque o nosso povo nunca vai comer ratos. Conte isso nos seus discursos, na Amazônia, na fase política, porque o nosso povo nunca vai comer ratos.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Foi uma proposta do âmbito do Governo de Pernambuco.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — E nem cobra, que o japonês pega na Amazônia e gosta de comer, o povo da Amazônia se acostumou a comer, quanto mais ratos.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Quem fez a proposta foi um assessor da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. Proposta que foi publicada nos jornais e na televisão.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — É, mas essa proposta não vai pegar na Amazônia.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Aliás, o povo da Amazônia quer pegar é o Secretário, o que é outra história.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Come até jacaré, nobre Senador, que é uma carne saudável. Mas o nordestino não tem o que comer e come ratos mesmos, tem comido ratos mesmo, e esta opção levantada pelo nutricionista pernambucano foi porque já constatou que, nas grandes crises, o nordestino chega a comer ratos. Esta é que é a verdade.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Apenas para concluir o aparte que V. Exª teve a gentileza de me conceder. Gostaria de dizer ao meu nobre colega que, realmente, tivemos, de 1964 para cá, que enfrentar muitas dificuldades, muitos problemas, inclusive, dentro da Amazônia. Manaus era uma cidade se acabando. Depois de 1964, é uma cidade que cresceu, prosperou, que tem muitas deficiências ainda a enfrentar, mas espero que o nobre colega faça justiça ao que ocorre de bom e progresso em Manaus.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — É muito difícil apegar a discussão.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Apenas para provar que as favelas de Manaus se multiplicaram...

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Existe uma realidade que tentam esconder.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — A-celebríssima Zona Franca apenas incentivou a criação de favelas em Manaus, e favoreceu a um grupo de plutocratas que se locupleta com uma indústria de montagem, uma indústria de aparafusamento. Quarenta mil subempregos, empregos de salário mínimo, de 2 ou 3 salários mínimos. Puro engodo, pura farsa, nenhuma potencialidade amazônica foi desenvolvida, nenhum recurso natural foi industrializado...

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Eu queria somente esta informação: V. Exª é contra a Zona Franca?

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — V. Exª é injusto. O Governo está aí dizendo que resolveu os problemas: lá está Jari, a Fazenda da Volkswagen, tantos projetos que merecem respeito, e V. Exª cometendo esse crime de discordar das posições do Senador Gabriel Hermes.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Somente queria que V. Exª nos dissesse se é contra a Zona Franca. Eu gostaria de ouvir a expressão de V. Exª

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Isto é o tipo de discussão de Vereador de município de última categoria, é sempre levar a discussão para esse campo.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — O nobre Senador Gabriel Hermes está preocupado com as próximas eleições que vai ter de enfrentar de maneira direta, provavelmente está preocupado com o futuro.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Sou contra a plutocracia que se locupletou da Zona Franca, com aquiescência desse Governo, dessa Revolução de 1964, que foi feita pró e a favor de multinacional. A Zona Franca

foi feita para favorecer multinacional e um grupo de plutocratas brasileiros. Esta é que é a verdade.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Estou de pleno acordo, nobre Senador Evandro Carneira.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Discordo do nobre Senador, e tenho motivos bastante para provar que ele não tem razão. E afirmo mesmo que duvido que ele diga que é contra a Zona Franca. E quanto a V. Exª, perdoe todas as eleições que entrei e ganhei todas elas.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Não sou contra a Zona Franca, ninguém pode ser contra a Zona Franca. Sou contra a Zona Franca a serviço da plutocracia nacional e de multinacionais.

Não sou contra a Zona Franca. Sou favorável a uma Zona Franca que atendesse, industrializasse e potencializasse os recursos naturais da Região, não aparafusando o que vem de Hong Kong, Nova Iorque e do Panamá.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Sem transferência de tecnologia, etc.

Mas a preocupação minha de oposicionista foi chamar a atenção das Oposições brasileiras para a unidade que se faz necessário neste momento de crise nacional. E vamos fazê-la de maneira consciente, entendendo que só um programa de opção ao povo brasileiro será capaz de garantir a continuidade de uma política que nós defendemos, de salvação nacional. De modo que, discordamos das falsas aberturas e da defesa dessa democracia formal que não leva a nada. Não nos preocupamos apenas com eleição direta, novos partidos, mas a garantia de que, finalmente, neste País, teremos um Governo comprometido com causas populares, e não a continuidade ou continuísmo de um Governo que pode mudar Ministros, pode mudar de face, mas não muda a sua dependência e o seu comprometimento com que há de mais deletário nesta Nação. Por isso mesmo que, como membros do grupo autêntico, que ora se recicla para manter a unidade emedebista em torno de um programa, sugiro à nacionalidade — e especialmente aos criadores de partidos — as medidas que entendemos fundamentais para o progresso da sociedade brasileira. É um programa, que levaremos às bases para discussão, porque não queremos cometer o mesmo erro desta Revolução, em laboratórios, tentar sempre impingir o seu modelo que, exatamente por ser elitista, serviu a meia dúzia e desencaminhou as soluções verdadeiras para todo o povo.

1. Em primeiro lugar, as liberdades democráticas são ponto de honra de qualquer programa, embora insuficientes. É preciso, pois, continuar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela instalação da Constituinte e pela abertura partidária, sem vacilações ou oportunismos. Dentro disto, é preciso batalhar ainda pelo direito de greve, pela unificação de estudantes e trabalhadores através de confederações como a União Nacional dos Estudantes e a Confederação Geral dos Trabalhadores, assim como lutar pela ampla liberdade de reunião e de expressão do pensamento sem censura. Isto implica na ampliação de uma luta pela imprensa livre, no apoio à imprensa alternativa e na denúncia da deformação da grande imprensa pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, que só libera aos jornais, ao rádio e à televisão a discussão dos temas que lhe interessam. Isto já está criando um monopólio privado da informação por grupos particulares ligados aos grandes jornais, o que não condiz com a essência do sistema democrático.

2. Em segundo lugar, para viabilizar qualquer programa de transformações sociais, é necessário nacionalizar o conjunto do setor financeiro, que inclui as companhias de seguro, os bancos nacionais e estrangeiros particulares, os fundos de capitalização, as seguradoras de serviço assistencial médico, os gestores do fundo de garantia dos trabalhadores, com vistas a possibilitar uma planificação geral do desenvolvimento, para financiar as cooperativas rurais, reciclar a indústria automobilística para produzir ônibus, tratores e caminhões, estimular a pesquisa das fontes alternativas de energia, propiciar a reforma agrária, desenvolver os laboratórios nacionais, regularizar as exportações e a comercialização interna dos produtos, sem ser assaltado permanentemente pela especulação dos gerentes financeiros, que traficam papéis e jogam no *open marketing*, empobrecendo e endividando pequenos produtores, indiferentes aos interesses de seus acionistas e de seus depositantes.

É preciso, neste caso, nobre Senador Gabriel Hermes, para evitar mal-entendidos, esclarecer que há uma diferença fundamental entre os conceitos de expropriação, estatização e nacionalização de empresas. Não pretendemos sugerir a expropriação de quaisquer iniciativas eficientes da livre empresa e da propriedade privada, mas a expropriação das multinacionais que só trazem o gerenciamento e levam todos os ganhos, atendendo ao interesse externo e sem reinvestir no País. Sugerimos a estatização para todos os setores

básicos da economia que não possam ser eficientemente geridos pela iniciativa particular genuinamente nacional, como as indústrias de petróleo, aço, cimento, química de base, energia nuclear, extrativa mineral de ferrosos e não-ferrosos, como a bauxita, o berilo, o manganês etc., que não atentam contra a evolução da iniciativa privada, mas, ao contrário, a estimulam, ampliando espaço para a criação de inúmeras empreiteiras particulares, como a de construção de estradas ou de represas, apenas para dar um exemplo. E sugerimos a nacionalização apenas para os setores que conformam o conjunto da economia, assim como o sistema financeiro e o sistema exportador. Enfatizamos que sobre estes setores deve o Estado manter controle normativo e centralizado, sem, contudo, expropriar-lhes os capitais ou depósitos, mas apenas dirigi-los.

3. É necessário resolver o problema fundiário brasileiro, para conter a emigração campo-cidade, que assevera os serviços assistenciais e carcerários. Impõe-se a sindicalização do bóia-fria, com todas as conquistas da legislação trabalhista, como férias regulamentares, salário-família, percentuais de insalubridade ou risco de vida, direito de reunião, etc.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Devo dizer a V. Ex^a que, em sua quase totalidade, estou de acordo com V. Ex^a, no que necessitamos reformar, aprimorar e estudar em benefício do Brasil e seu povo ordeiro.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — V. Ex^a vai ter que optar: ou aceita um programa desses ou fica com o Projeto Jari, com o Projeto Volkswagen e tantos outros, porque esses não têm nada que ver com esse programa.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — O Projeto Jari, devo dizer a V. Ex^a, pouco conheço, como V. Ex^a conhece, de uma única visita.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Pois é pouco, a Nação inteira devia conhecer aquilo que está ocorrendo lá em terras brasileiras e administrado por estrangeiros. E é grave que um Senador da República diga que não conhece um empreendimento como aquele. Se houvesse abertura verdadeira, neste País, nós saberíamos exatamente o que está ocorrendo lá e que interesses ele esconde.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Devo dizer a V. Ex^a que o Governo brasileiro, através das suas mais altas autoridades, inclusive de seus Ministros, tem feito visitar, este ano, o Projeto Jari...

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Pois faz pouco, devia intervir.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — ... não apenas visitar como acompanhar, usando aquilo que nunca deveremos perder, nobre Senador, o bom senso e o sentido da realidade. Acredito e confio no patriotismo desses brasileiros; inclusive, o Ministro da Marinha, que não apenas foi lá, depois de sua visita, fez com que o Governo do meu Estado e o próprio Governo colocasse ali dentro muita coisa que faltava, inclusive polícia nossa, alfândega, mais presença.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Polícia nossa, justiça nossa, gente nossa, leis nossas, afinal, expropriar aquilo lá

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Isso eu estou dando como esclarecimento.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Nem o Ministro Mário Andreazza tem a coragem de dizer que é um exemplo para o futuro; diz ele que outros projetos como esse não devem ser aprovados. Veja V. Ex^a que só falta atitude conseqüente, lógica e patriótica de desapropriar aquilo lá.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Como vê V. Ex^a estamos pensando da mesma maneira, com o mesmo cuidado, e o Governo brasileiro do Senhor Presidente João Figueiredo também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume. Fazendo soar a campainha.) — Gostaria de lembrar ao nobre Senador Jaison Barreto que o seu tempo já está esgotado e que não permitisse mais apartes, para a conclusão do seu discurso.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Nobre Senador, apenas para dar um esclarecimento importante a respeito do Jari.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Pois não.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Nobre Senador, o Senado da República está lutando, há quase cinco anos, para ir à Jari Florestal; não pode ir porque tudo depende da Jari, até o hotel é deles. Agora mesmo a nossa CPI para a devastação da Amazônia e suas implicações, está com esse

problema. E eu declaro aqui, neste aparte que lhe dou, para que a Nação tome conhecimento: se a CPI da Devastação da Amazônia não puder ir à Jari, eu renunciarei à Presidência e denunciarei o fato. Não é possível que a CPI e a Comissão de Assuntos Regionais do Senado...

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nobre Senador Jaison Barreto, permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — Nobre Senador, estou dando um aparte. V. Ex^a deve respeitar o seu colega.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Nobre Senador, estou aguardando que V. Ex^a conclua para depois pedir o aparte ao orador.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — V. Ex^a interrompeu deseducada e deselegantemente. V. Ex^a pode servir ao Governo de outra forma, não desse modo deselegante. Estou apartando e V. Ex^a pede aparte.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Estou apenas pedindo um aparte.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — V. Ex^a pede o aparte quando eu estou apartando. Repudio e protesto quanto ao seu anticavalheirismo, a sua deselegância. Se V. Ex^a quer servir ao Governo, sirva de outro modo. Nobre Senador, estou fazendo um protesto, porque estamos ameaçados de não alcançar Jari, e, se alcançar, sem possibilidades de averiguar. A verdade é que a CPI não pode averiguar em dois ou três dias, tem que passar semanas lá dentro, para esvurmar aquilo tudo, inquirir aquilo tudo. A Comissão de Assuntos Regionais do Senado se debate há anos e ainda não conseguiu chegar lá. Esta a verdade.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — É importante a denúncia que faz V. Ex^a, demonstrando de que maneira o Governo protege interesses estrangeiros no País.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Permite V. Ex^a um aparte? Gostaria de dar um esclarecimento.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Se V. Ex^a for breve, gostaria que opinasse.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Pois não. Nobre Senador, há poucos dias ainda vi chegar um convite para que Senadores visitassem Jari. Não há nenhuma dificuldade para que se visite Jari. Não tenho nada com Jari, não conheço o Sr. Ludwig, senão de vista, nem quem dirige aquilo lá; conheço apenas por coincidência o meu suplente, o suplente de Senador, que é um excelente cidadão, um homem respeitável, que trabalha naquela organização, que me disse, e que digo, repetindo o que me foi dito pelo Sr. Avertano Rocha, meu suplente: a hora em que algum Sr. Senador, Deputado, ou alguém de responsabilidade queira visitar Jari é só avisar que estaremos prontos a recebê-lo, mostrar, dar esclarecimentos.

O Sr. Evandro Carneira (MDB — AM) — O problema não é visitar, é investigar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume. Fazendo soar a campainha.) — Lembro ao nobre orador que há outros oradores inscritos, e seu tempo já está esgotado.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Concluirei, Sr. Presidente.

Mas, o desafio que se faz hoje às oposições é quanto às propostas capazes de tirar o País do abismo. Pois se se debruçassem sobre as propostas que o MDB vem fazendo, nesses últimos 15 anos, o Governo talvez não tivesse levado o País à crise que levou. E nós estamos aqui a repetir alguns posicionamentos, que haverão de ser aprofundados em outros pronunciamentos e em debates públicos, a fim de que as oposições brasileiras — e esta a nossa maior preocupação — entendam da grande responsabilidade que têm neste momento histórico. Se deixarem passar a oportunidade sem oferecer alternativa ao povo, é bem provável que o sistema se reorganize e que a repressão volte.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Senador Jaison Barreto, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Henrique Santillo (MDB — GO) — Apenas para concordar inteiramente com todos os planos de seu brilhantíssimo pronunciamento, e colocar-me como mais uma voz humilde ao lado da sua, em defesa de todos esses itens abordados com tanta lucidez. Muito obrigado.

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Muito grato, Senador Henrique Santillo, que sei comunga com as frentes das Oposições brasileiras.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA P A) — Nobre Senador Jaison Barreto, permite um aparte, sem abusar de bondade de V. Exª?

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Pois não.

O Sr. Aloysio Chaves (ARENA — PA) — Eu pedi a V. Exª a gentileza de me conceder um breve aparte apenas para uma informação ao Senado. Não vou tecer nenhuma consideração a respeito das observações feitas pelo nobre Senador Evandro Carneira, não seria oportuno, e não interromperia V. Exª para isso. A maneira como cada Senador se conduz, neste Senado, é um problema de ordem pessoal; ele presta conta à Casa, ao seu Regimento Interno e ao povo, que conhece o nosso trabalho. Desejo apenas dizer que terça-feira, quando se formalizou a possibilidade de uma visita da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a Comissão de Assuntos Regionais, à área do Projeto Jari, aquiescemos, como Relator, inteiramente à proposição, presentes vários Senadores, inclusive o ilustre Presidente da Comissão. E fui incumbido de tratar desse assunto, para ver quais as medidas a serem tomadas, junto à Liderança da Casa. E tão logo falei ao nobre Senador Jarbas Passariño, a respeito desses desejo, S. Exª manifestou-se de inteiro acordo, declarando que essa visita deveria ser feita concomitantemente pela CPI da Amazônia e, se possível, pela Comissão de Assuntos Regionais, que também manifestou idêntico desejo. Era só o esclarecimento que queria dar a V. Exª, de que o assunto não só foi cogitado entre os membros da Comissão como, também, desta recebeu a acolhida, e da Maioria do Governo nesta Casa. Muito obrigado a V. Exª

O SR. JAISON BARRETO (MDB — SC) — Incorporo o aparte de V. Exª.

Mas, continuando, nobre Presidente e Senadores:

A reforma agrária deve ser instrumento regionalizado de integração rural, com a formação de cooperativas nas áreas minifundistas do sul, sem atentar contra a propriedade privada, mas estabelecendo uma planificação global da região, tanto para fins de exportação como para os de consumo interno, através de um setor financeiro centralizado nas mãos do Estado, que crie infra-estrutura viária para esse fim e organismos de amparo e orientação ao produtor, para livrá-los dos riscos da especulação e garanti-lo quanto aos acidentes meteorológicos. Na Região Amazônica é necessária a ocupação das vias de penetração com comunidades rurais de economia mista, aplicando-se, no que couber, as demais providências apropriadas ao sul. No Nordeste não há como fugir ao parcelamento da grande propriedade ociosa, garantindo-se, porém, aos atuais proprietários, glebas suficientes à continuidade de suas atividades econômicas. Na região Centro-Oeste combater as três formas de reforma, segundo as particularidades locais, criando-se empresas públicas que comercializem a produção, forneçam assistência técnica e insumos, além de financiamentos a longo prazo, tanto para a produção quanto para a promoção social, através de centros culturais.

4. É necessário devolver a Previdência e a Assistência Social a seus legítimos donos, que são os trabalhadores que historicamente a criaram. Para evitar a descentralização, urge que se criem comissões operárias de planejamento e vigilância do atendimento, para que possamos em curto prazo acabar com esse assistencialismo mutilador, que abusa das cirurgias, através das Unidades de Serviço. Não temos dúvida de que a corrupção hospitalar, que consome dotações vultosas da Previdência Social haverá de cessar com a fiscalização operária do sistema, o que deixará recursos para a construção de hospitais, clínicas e ambulatórios próprios, capazes de levar a assistência indistintamente a todos os estratos da população.

5. É necessário estabelecer o controle estatal do comércio exterior, através da criação de empresas públicas de exportação e importação, do tipo da INTERBRÁS ou do IBC, para proteger a produção brasileira da especulação das multinacionais e dos grupos particulares.

6. Nacionalizar a petroquímica e a indústria química de base, para a fabricação de adubos químicos, produtos veterinários, defensivos agrícolas, medicamentos, fibras sintéticas, tintas, impermeabilizantes e resinas de uso industrial. Expropriar o setor multinacional da distribuição de petróleo e seus derivados e providenciar a criação de indústrias de pneus e baterias para garantir à PETROBRÁS o domínio vertical do mercado interno de petróleo e seus derivados.

E nisso lembro ao Senador Evandro Carneira a necessidade de começarem a se debruçar sobre o assunto para permitir estudos sobre a borracha natural que agora, com a crise do petróleo, permite uma exploração racional e válida para o futuro.

7. Intervir na indústria automobilística, para a substituição do veículo individual por ônibus, tratores, caminhões e implementos agrícolas para o desenvolvimento nacional.

Não é possível que este Governo insensível continue permitindo, num momento de crise nacional por falta de energia, que esses senhores continuem a violentar o mercado, tomando atitudes que não dizem respeito, inclusive, ao problema social que aí está ameaçando operários com desemprego. Só com a participação e a intervenção efetivas, presente o Estado lá dentro, teremos condições de disciplinar a indústria automobilística que, em mãos dos estrangeiros, não tem compromisso com a Nação.

Finalizando:

8. Denunciar o acordo atômico como lesivo aos interesses nacionais, bloqueando-se a construção de usinas, que não devem ultrapassar, no momento, as que se encontram em andamento. Redirigi-las, entretanto, para funcionarem como centros de pesquisa nuclear. Direcionar os financiamentos ora à disposição do acordo atômico para a construção de miniusinas hidrelétricas, que não consomem tecnologia estrangeira nem sobrecarregam o orçamento. Suspender a realização de projetos hidrelétricos faraônicos, como as Itaipus e os Tucuruís, que são hoje planejados segundo interesses internacionais e não com vistas ao bem-estar da população brasileira.

Essas são as linhas mais gerais de uma transformação estrutural para a economia brasileira, que chamamos a consciência democrática do País a discutir. Que dela participem os grupos sindicais dos centros desenvolvidos, o clero progressista, o estudantado brasileiro, os cientistas da SBPC, os intelectuais da imprensa livre, as personalidades jurídicas da OAB, os nacionalistas das Forças Armadas, o Centro Brasil Democrático — CEBRAD, os exilados brasileiros que buscam a anistia, assim como as inúmeras vezes de patriotas históricos, como Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães, D. Thomaz Balduino, D. Evaristo Arns, Casaldáliga, Luiz Inácio da Silva, o Lula, Hugo Abreu e Euler Bentes, Miguel Arrais, Almino Afonso e Brizola, assim como todas as demais personalidades que lutam pela redemocratização do País.

Nós cansamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, cansamos de 15 anos de obscurantismo e de desrespeito às vontades populares. Por isso, que não se enganem os detentores do Poder, não haverá divisão das forças da Oposição brasileira e com o espírito público e com a responsabilidade de cada um de nós, juntos, numa frente só, haveremos de oferecer à Nação a saída que este Governo, comprometido com interesses estrangeiros, comprometido com meia dúzia de senhores acabou por desgraçar.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

As matérias constantes dos itens 1 a 4 estão em fase de votação. Sendo evidente a falta de "quorum", fica a votação das mesmas adiada para a próxima sessão.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 1976-Complementar, do Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, tendo

PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de substitutivo que apresenta;

— de **Legislação Social**, favorável ao projeto na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, votando vencido, em separado, o Senador Jutahy Magalhães.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 1979, do Senador Paulo Brossard, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1978, do Senador Mauro Benevides, que "estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências".

— 3 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1979; do Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação

do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador, tendo

PARECER, sob nº 223, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Lázaro Barboza, Tancredo Neves, Hugo Ramos e Cunha Lima.

— 4 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1979, do Senador Cunha Lima, que considera não tributáveis, para efeito do Imposto de Renda, os proventos e pensões nas condições que indica, tendo

PARECER, sob nº 334, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se, pois, à apreciação do item 5:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 398, de 1979), do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que estende aos depósitos judiciais em dinheiro, ordenados por outras autoridades judiciárias, a correção monetária prevista para os ordenados por Juízes Federais.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem quera discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359, do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1979, que estende aos depósitos em dinheiro, ordenados por outras autoridades judiciárias, a correção monetária prevista para os ordenados por juízes federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Estende-se aos depósitos judiciais em dinheiro, ordenados por quaisquer autoridades judiciárias, a correção monetária prevista no art. 16 do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, observado, quanto à instituição financeira, o disposto no art. 666, inciso I, do Código de Processo Civil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 6:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 400, de 1979), do Projeto de Resolução nº 3, de 1978, que suspende a execução das Resoluções nºs 29, de 1972, e 1, de 1973, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Em discussão. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, declaro encerrada a discussão. Encerrada esta, a redação final é dada como aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

REDACÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1978.

Faço saber que o Senado Federal aprovou nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1979

Suspende a execução das Resoluções nºs 29, de 1972, e 1, de 1973, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 10 de março de 1976, nos autos do Recurso Extraordinário nº 81.590, do Estado de São

Paulo, a execução das Resoluções nºs 29, de 1972, e 1, de 1973, da Secretaria de Educação daquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia, concedo a palavra ao nobre Senador Gilvan Rocha, em permuta com o Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Gabriel Hermes (ARENA — PA) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. GABRIEL HERMES (ARENA — PA) — V. Exª deve estar equivocado quanto à ordem dos oradores inscritos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Peço escusas pelo equívoco. Efetivamente V. Exª está após o Senador Luiz Cavalcante, que desistiu da palavra.

V. Exª tem a palavra.

O SR. GABRIEL HERMES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Com a palavra o nobre Senador Gilvan Rocha.

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Continua a dominar o noticiário dos meios de comunicação do País a renúncia do Ministro Mário Simonsen, que não é, absolutamente, uma simples exoneração, eis que possui em si antecedentes, longínquos e próximos, da maior importância para o entendimento do momento nacional.

Permitam-me um registro, que me parece da maior importância, sobre a maneira como se processou aquela exoneração.

Relembria que o Governo da República agora se acha instrumentalizado com a Secretaria de Comunicação Social, para cuja fundação o Executivo mandou para o Congresso Nacional mensagem em que enfatizava a necessidade da criação daquela Secretaria, nos seguintes termos — passo a ler Exposição de Motivos do Sr. Said Farhat ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

“Em pronunciamento público, procurando expressar o pensamento de Vossa Excelência, enfatizei serem as razões para a criação da SECOM apenas duas e simples. Uma, que no regime democrático o povo tem o direito de saber e, conseqüentemente, o Governo tem o dever de informar.”

Para esse comezinho direito de saber e, conseqüentemente, o direito de informar, o então Secretário de Imprensa da Presidência da República já tinha obtido do Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento a abertura de crédito especial de 100 milhões de cruzeiros.

Aparelhada essa Secretaria, a Nação foi surpreendida por uma montagem histrionica no noticiário da exoneração do Sr. Ministro do Planejamento. — O Ministro Mário Simonsen traumatizado por sair como um fracassado, talvez o maior fracassado da história econômica deste País, ainda sofreu o vexame de participar de uma farsa de teatro, filmado por televisão, visto e ouvido por milhões de brasileiros, simulando um trabalho que já havia concluído, a declarar à Nação que não estava demissionário, que tudo não passava de mero boato.

Ora, Sr. Presidente, este Governo, que se havia acostumado a mentir oficiosamente — basta lembrar afirmações do mesmo Ministro, quando Titular da Fazenda, que declarou em Nova Iorque a auto-suficiência brasileira de petróleo, basta lembrar as inúmeras bontades e mentiras do Ministro Ueki — este Governo passava agora a mentir oficialmente com verba específica de 100 milhões de cruzeiros.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE) — Nunca, Sr. Presidente, a mentira foi tão organizadamente cara, como agora, neste País. É pena que uma Secretaria sofisticada, que leva o dinheiro dos contribuintes, que se diz fundada porque o povo tem o direito de saber, é pena que essa Secretaria monte uma farsa que, de uma vez por todas, lhe tira toda a credibilidade, presente ou futura. A queda do Ministro Simonsen arrasta, por sua vez, todo o resto de crédito que este Governo ainda tinha no setor das Comunicações Sociais.

Ouço o nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB - MG — Senador Gilvan Rocha, quando V. Ex^a fala na Secretaria de Comunicação Social, tenho aqui, em mãos, o parecer do Senador Henrique de La Rocque, esse caro e brilhante colega, sobre a criação dessa Secretaria. Tenho a impressão de que, se aqui estivesse nesta tarde, o nobre Senador Henrique de La Rocque estaria triste, porquanto, num belo parecer, dissera — veja V. Ex^a a verdade de suas palavras iniciais:

3. Não se cala, mas se divulga sem retardo o que é necessário que a coletividade saiba.

Este dever do Estado passa a constituir um dogma para os que têm a responsabilidade da Comunicação Social.

As dúvidas se criam com a velocidade do instante e as incertezas se acumulam como se fossem nuvens ao impacto da tempestade em formação.

Assim são as reações humanas, no tumulto de um mundo em que o desajuste é a tendência e a vocação para o contraditório é a tônica.

Esta foi parte do parecer do Senador Henrique de La Rocque. Veja V. Ex^a o que aconteceu: V. Ex^a diz hoje à Nação a falha primordial da Secretaria de Comunicação Social do Governo.

O SR. GILVAN ROCHA (MDB - SE) — Muito obrigado, Senador Itamar Franco.

Vê V. Ex^a que, para um democrata puro, já repugna a organização, por um governo, de uma Secretaria de Comunicação. No livre embate de idéias, é o mercado de informações livre, absolutamente sem vínculos com o governo, que terá que informar à opinião pública. Ao mesmo tempo, veja V. Ex^a a insinceridade de um Governo que manda, em mensagem ao Congresso Nacional, com respaldo para fundação de tão cara repartição pública, a intenção de informar, e de informar com seriedade.

O Senador La Rocque e outros Senadores que fazem esta Casa foram, mais uma vez, enganados, porque está demonstrado que este Governo queria apenas oficializar a mentira, queria tornar oficiais as notícias tendenciosas, e, mais uma vez, envolver a verdade no manto diáfano da fantasia, a que se acostumou em 15 anos de eclipse.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB-RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (MDB-SE) — Ouço o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (MDB-RJ) — Nobre Senador, estive, na semana passada, em São Paulo. Lá, recolhi uma informação, que, obviamente, não a tenho confirmada, mas que me preocupou muito: a SECOM já estaria com três andares alugados no coração, no Centro de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, se não me falha a memória, e ali montaria uma formidável equipe. Para o quê produzir informações, porque, para recolher informações, o Governo já dispõe de outra máquina formidável — o SNI, de cujas despesas ninguém sabe a quanto montam, cujas operações ninguém conhece, sabe-se apenas que é algo muito danoso para as finanças públicas, e mesmo para a moral pública, na medida em que institucionaliza a delação, enfim, a rede de espionagem sobre brasileiros. O fato é que para recolher informações já existe o SNI. Para fabricar informações, seria necessário montar três andares no Centro da Cidade de São Paulo e lá colocar uma equipe? Confesso a V. Ex^a que fiquei preocupadíssimo, à busca de uma confirmação ou de um desmentido — no final, permaneço em dúvida, mas pelo menos a informação era de muito boa fonte — de que esses andares já estavam à disposição da SECOM em São Paulo. Então, depois desse caso da demissão do Ministro Simonsen, que V. Ex^a muito bem ressalta, então essa preocupação redobrou-se. Em vez de informar à opinião pública, na verdade essa Secretaria está é desinformando, está montando essas farsas, a que V. Ex^a aludiu muito bem, com o dinheiro da Nação, com o dinheiro público.

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE) — V. Ex^a está coberto de razão, nobre Senador.

O Governo parte sofisticadamente para a manipulação da verdade, esquecendo-se de que é muito difícil enganar eternamente a opinião pública.

É uma pena que nesta hora em que o Governo acena para uma abertura, ele se desminta a toda hora, trazendo mais inquietações ao povo desta sofrida Nação, que já cansou de engodos, de mentiras, de desvios.

O Ministro Simonsen, que tem o seu ocaso na crista da maior crise econômica da nossa história, arrasta consigo o mais desprezível de todos os fatos que podem enlamear um Governo: a mentira organizada, semelhante a tantas outras mentiras organizadas que infelicitaram o universo em guerras mundiais.

Teremos que chamar a atenção, agora com provas na mesa, de que o Governo organiza uma Secretaria de Informações muito semelhante com aquelas de estados totalitários, tentando enganar a opinião pública, tentando encobrir os seus erros e tentando desviar a atenção dos democratas que, algumas vezes, ainda conseguiram acreditar na palavra oficial.

Este é o começo do fim de um Governo falido, porque um Governo que mente, um Governo que oficialmente consagra a mentira, perde autoridade moral de estender a mão e de tentar a conciliação com seus concidadãos.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE) — Ouço o Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — E todos os equívocos que cercaram as notícias relacionados com a demissão do Ministro Simonsen chegaram, inclusive, ao Senado Federal e o eminente Vice-Líder, homem da maior respeitabilidade nesta Casa, foi obrigado a ir à tribuna para fazer o enaltecimento da figura do Ministro Mário Henrique Simonsen e, implicitamente, negar o seu afastamento do Governo. Repetia-se, dois anos depois, o episódio dos famosos contratos de riscos em que também um ilustre Vice-Líder foi obrigado a desmentir a sua admissibilidade pelo Governo.

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE) — Vê V. Ex^a que o Governo perdeu o crédito. Não fosse a singularíssima declaração do Ministro Simonsen de que, para os nossos problemas econômicos, agora, “só Deus dará jeito”, o Governo consegue lançar no rosto da Nação a certeza de que pré-fabrica tendenciosamente as suas notícias. A partir de agora estamos eximidos de acreditar nos dados e cifras governamentais que, estranhamente, são monopólio do Governo. A Oposição não dispõe de dados, ninguém sabe, neste País, com certeza absoluta, o nível de desemprego mensal ou semanal.

Ninguém sabe o número de concordatas e falências, mensalmente, no País, porque o Governo que pouco sabe, que já cultivava a mentira, agora se sofisticou, agora monta todo um império de comunicação social e impinge à Nação a mentira para complementar as desculpas.

O Sr. Mauro Benevides (MDB-CE) — Nobre Senador, e até mesmo o montante da dívida externa, que o ilustre Senador, Itamar Franco pretende saber, em números precisos, uma interpretação equivocada da Mesa impediu que S. Ex^a obtivesse esses dados fundamentais para uma apreciação que S. Ex^a ia fazer em torno da realidade econômico-financeira do País.

O SR. GILVAN ROCHA (MDB-SE) — Talvez o Ministro tenha razão, Ex^a: a esta altura, na nossa Pátria, provavelmente só Deus, porque é o que se comenta, na sucessão do Ministro Simonsen, que tudo indica que a economia será entregue ao campeão brasileiro da volubilidade, o mágico, o homem que transforma números, o homem que muda de opinião quando muda de um lugar numa mesa. Certamente, este novo ministro muito precisará dos bons serviços da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

O Sr. Humberto Lucena (MDB-PB) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (MDB-SE) — Pois não. Com muito prazer.

O Sr. Humberto Lucena (MDB-PB) — Com relação à SECOM, cuja criação não contou, como não podia contar, com o apoio das bancadas do Movimento Democrático Brasileiro no Senado e na Câmara, devo acrescentar a V. Ex^a, a título de ilustração, que o *Diário Oficial*, de poucos dias atrás, publica uma autorização do Senhor Presidente da República para o contrato de cerca de 40 a 50 altos assessores que receberão vultosa retribuição mensal para prestar serviço na SECOM. Isso representa, uma contradição da política do Governo no combate à inflação, porque sabe V. Ex^a que um dos fatores primordiais do aumento do índice inflacionário é, justamente, o descontrole dos gastos públicos. Mas o Governo prefere enveredar por este caminho, inclusive, criando, para pasmo de toda a Nação, de uma outra penada, um Ministério Extraordinário para desburocratização, que custará mais uma soma imensa de recursos ao Tesouro Nacional.

O SR. GILVAN ROCHA (MDB-SE) — Muito obrigado, Senador Humberto Lucena, V. Ex^a assinala um ponto da maior importância; a industrialização da mentira oficial custa dinheiro do bolso do contribuinte brasileiro, neste singularíssimo País, onde se acaba com desburocratização, colocando mais *bureaux* dentro de um Palácio. Este País, realmente, começa a chegar à fase mais difícil de sua vida; o descrédito do Poder Público, descrédito que, infelizmente, atinge os três poderes. E é por isso mesmo que, na nossa obrigação constitucional, temos que cobrar, em nome da Nação, seriedade no trato dos negócios públicos.

O Sr. Itamar Franco (MDB-MG) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GILVAN ROCHA (MDB-SE) — Com prazer, nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco (MDB-MG) — Senador Gilvan Rocha, apenas para lembrar, veja V. Ex^a a importância e a presença e a verdade que encerra essa frase publicada no *O Estado de S. Paulo*, em 23 de março de 1979: "O público se informa do que o Governo faz, quando os Ministros respondem, prontamente, às perguntas que a imprensa lhes propõe". Veja V. Ex^a que fez bem, também, o Senador Humberto Lucena lembrando que Senadores e Deputados do MDB votaram, na Comissão Mista, pela rejeição do projeto criando a SECOM.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE) — Ouço o nobre Senador.

O Sr. Jaison Barreto (MDB — SC) — O grave, nobre Senador, é que não se vê perspectiva de mudança quanto a esse comportamento perante a Nação. Um dos nomes citados, agora, para ocupar o lugar do Sr. Simonsem é, exatamente, um Ministro que já teve a oportunidade de se afirmar aético e conhecido pela Nação toda por distorcer os índices em 1973, roubando expressiva parcela do salário dos nossos operários. De modo que há continuidade de comportamento que nos parece tétrico porque não se vê saída. Não há uma autocritica por parte do Governo, não há uma reorientação no modelo. Eles estão destinados a mudar de fachada, mas continuar no essencial: autoritários e mentirosos. Esse apelo ao sobrenatural feito pelo Ministro Simonsem nos dá a convicção de que as Oposições brasileiras vão ter que aperfeiçoar os seus dotes mágicos para poder exercer esse Governo de incompetentes.

O SR. GILVAN ROCHA (MDB — SE) — Muito bem, nobre Senador. Vê V. Ex^a que se não fosse trágico, se toda essa conjuntura sócio-econômica do País não merecesse o respeito das forças das Oposições brasileiras, era até motivo, de certa maneira, de exultação e alegria se o Ministro Delfim Netto voltasse ao Ministério do Planejamento; diríamos até: bem feito! S. Ex^a agora vai ter que desmanchar o nó que fez, o autor do "milagre" vai se defrontar agora com suas bruxas, porque S. Ex^a, há poucos dias, já era ferrenho adversário do Ministério que certamente irá outra vez ocupar. Disse, com aquela sem-cerimônia que muito o caracteriza, que os preços mínimos que outrora eram fonte de inflação, mas passou no seu Ministério da Agricultura e não ser mais fonte inflacionária. O invetor do deflator implícito e de tantas outras coisas que castigaram e infernizaram o bolso da classe média brasileira vem aí com força total.

Sr. Presidente, é preciso que a vigilância da Oposição aumente e que todos juntos, em nome da honorabilidade da Nação, exijamos do Governo seriedade no trato da informação pública. O Governo comete um ato de suicídio, tirando o pouco de sustentação que, mercê de uma programação de *marketing*, ainda possui em alguns inocentes deste País. Pois é mais fácil pegar-se um mentiroso de que um coxo.

Era o que tinha a dizer. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MDB — MG) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apenas para uma solicitação, Sr. Presidente, e confesso respeitosamente que já estou cansado de solicitar informações à Mesa sobre uma indicação que fiz — veja V. Ex^a, em 1975 — para que o Senado Federal possibilitasse, a exemplo da Câmara dos Deputados, estágio para os universitários brasileiros. Não é a primeira vez, por certo não será a última, que solicito informações à Mesa Diretora. Não sei o que se passa em relação a essa indicação ou qual o propósito de se omitir informações solicitadas por um Senador, em plenário, sobre um assunto que não envolve segurança nacional, não envolve aspecto inflacionário, não envolve dívida externa e não envolve greve. Outros pedidos, como o Senador Mauro Benevides lembrou há pouco, solicitados à Mesa Diretora em relação à dívida externa, também foram indeferidos. Creio, Sr. Presidente, que solicitar informações sobre uma indicação para que os universitários brasileiros possam estagiar, repito, a exemplo da Câmara dos Deputados, no Senado Federal, já se torna por demais cansativo.

Razão pela qual, aproveitando a presença de V. Ex^a, neste instante, na direção dos trabalhos, renovo aqui no Plenário — e espero que seja a última vez — o pedido de informação sobre a indicação apresentada em 1975 e o pedido renovado em 1976. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Quanto ao pedido de informação de V. Ex^a, levarei o assunto à Comissão Diretora.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Sr. Presidente, agradeço a informação.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 1976—Complementar, do Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, tendo PARECERES, sob nºs 280 e 281, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de substitutivo que apresenta;

— de **Legislação Social**, favorável ao projeto na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, votando vencido, em separado, o Senador Jutahy Magalhães.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 1979, do Senador Paulo Brossard, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1978, do Senador Mauro Benevides, que "estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo, e dá outras providências".

— 3 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que modifica a redação do artigo 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador, tendo

PARECER, sob nº 223, de 1979, da comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Lázaro Barboza, Tancredo Neves, Hugo Ramos e Cunha Lima.

— 4 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1979, do Senador Cunha Lima, que considera não tributáveis para efeito do Imposto de Renda, os proventos e pensões nas condições que indica, tendo

PARECER, sob nº 334, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

— 5 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 1979, do Senador Humberto Lucena, que isenta o salário mínimo de descontos para a Previdência Social, e dá outras providências tendo

PARECER, sob nº 283, de 1979, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

— 6 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1979, do Senador Franco Montoro, reabrindo o prazo para que seguros do INPS promovam a retificação de seu enquadramento, tendo

PARECER, sob nº 284, de 1979, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 44 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE
Nº 25, DE 1979

O Presidente do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, resolve, dispensar, a pedido, Sarah Abrahão, Secretária-Geral da Mesa, código SF-DAS-101.6, do Quadro Permanente do Senado Federal, dos tra-

balhos da Comissão Especial de Avaliação, criada pelo Ato nº 11, de 1978, desta Presidência, lamentando que a citada Comissão perca tão valiosa colaboração.

Senado Federal, 10 de agosto de 1979. — **Senador Luiz Viana**, Presidente

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

(FUNCEGRAF)

RECEITA VINCULADA

0162.3474.094 - Fundo do Centro Gráfico do Senado Federal

Cr\$ 17.000.000,00

3.2.1.4 - Contribuições ou Fundos - Cr\$ 5.000.000,00

4.3.1.3 - Contribuições ou Fundos - Cr\$ 12.000.000,00

DETALHAMENTO

3.1.2.0 Material de Consumo Cr\$ 3.000.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos Cr\$ 2.000.000,00

4.1.1.0 - Obras e Instalações Cr\$ 12.000.000,00

TOTAL Cr\$ 17.000.000,00

Aplicação do Excedente da Receita do Funcegraf, até 31 de Julho de 1.979 (art. 483 do Regulamento Administrativo, aprovação pela Resolução nº 58 de 1.972, art. 172, § 2º do Decreto-Lei nº 200/67 e art. 73 da Lei nº 4.320/64).

Brasília, 13 de Agosto de 1.979

ARNALDO COMES

Diretor Executivo

AUTORIZO:

Senador ALEXANDRE COSTA

Presidente do Conselho de Supervisão

MESA**Presidente**

Luiz Viana (ARENA — BA)

1º-Vice-Presidente

Nilo Coelho (ARENA — PE)

2º-Vice-Presidente

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

1º-Secretário

Alexandre Costa (ARENA — MA)

2º-Secretário

Gabriel Hermes (ARENA — PA)

3º-Secretário

Laurival Baptista (ARENA — SE)

4º-Secretário

Gastão Müller (ARENA — MT)

Suplentes de Secretários

Jorge Kalume (ARENA — AC)

Benedito Canelas (ARENA — MT)

Passos Pôrto (ARENA — SE)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA**Líder**

Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Aloysio Chaves

José Lins

Aderbal Jurema

Lomanto Júnior

Moacyr Dalla

Murilo Badaró

Saldanha Derzi

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA**Líder**

Paulo Brossard

Vice-Líderes

Henrique Santillo

Humberto Lucena

Marcos Freire

Mauro Benevides

Orestes Quercia

Pedro Simon

Roberto Saturnino

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira

Local: Anexo II — Terreo

Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cândido Hipertt

Local: Anexo II — Terreo

Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Evelasio Vieira

Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares

1. Passos Pôrto
2. Benedito Canelas
3. Pedro Pedrossian
4. José Lins

Suplentes**ARENA**

1. Jutahy Magalhães
2. Affonso Camargo
3. João Calmon

MDB

1. Evelasio Vieira
2. Leite Chaves
3. José Richa
1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 521 e 716

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Mendes Canale

Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

1. Mendes Canale
2. José Lins
3. Eunice Michiles
4. Vicente Vuolo

Suplentes**ARENA**

1. Raimundo Parente
2. Alberto Silva
3. Almir Pinto

MDB

1. Evandro Carreira
2. Agenor Maria
3. Mauro Benevides
1. Marcos Freire
2. Humberto Lucena

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(15 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Henrique de La Rocque

1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves

2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares

1. Henrique de La Rocque
2. Helvidio Nunes
3. José Sarney
4. Aloysio Chaves
5. Aderbal Jurema
6. Murilo Badaró
7. Moacyr Dalla
8. Amaral Furlan
9. Raimundo Parente

Suplentes**ARENA**

1. Lenair Vargas
2. João Calmon
3. Almir Pinto
4. Milton Cabral
5. Bernardino Viana
6. Arnon de Mello

MDB

1. Hugo Ramos
2. Leite Chaves
3. Lazaro Barboza
4. Nelson Carneiro
5. Paulo Brossard
6. Franco Montoro
1. Cunha Lima
2. Tancredo Neves
3. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Lazaro Barboza

Titulares

1. Jesse Freire
2. José Sarney
3. Passos Pôrto
4. Saldanha Derzi
5. Affonso Camargo
6. Murilo Badaró
7. Benedito Ferreira

Suplentes**ARENA**

1. José Guimard
2. Tarso Dutra
3. Benedito Canelas
4. Moacyr Dalla

MDB

1. Itamar Franco
2. Lazaro Barboza
3. Adalberto Sena
4. Mauro Benevides
1. Henrique Santillo
2. Roberto Saturnino
3. Gilvan Rocha

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Itamar Franco

Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares

1. Arnon de Mello
2. Bernardino Viana
3. José Lins
4. Jessé Freire
5. Milton Cabral
6. Benedito Canelas
7. Luiz Cavalcante

Suplentes**ARENA**

1. Helvidio Nunes
2. Alberto Silva
3. Benedito Ferreira
4. Vicente Vuolo

MDB

1. Roberto Saturnino
2. Itamar Franco
3. Marcos Freire
4. Pedro Simon
1. José Richa
2. Orestes Quercia
3. Tancredo Neves

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. João Calmon	1. Jose Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
MDB	
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelasio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima

Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. Arnon de Mello	2. Henrique de La Rocque
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	
MDB	
1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	2. Lázaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvidio Nunes

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvidio Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

MDB

1. Franco Montoro
2. Humberto Lucena
3. Jaison Barreto

1. Nelson Carneiro
2. Marcos Freire

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Anexo "B" — Sala ao lado da Gab. do Sr. Senador João Bosco — Ramal 484

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaro
3. Mendes Canale	3. José Sarney
MDB	
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clovis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Lomanto Junior

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Junior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

MDB

1. Paulo Brossard
2. Nelson Carneiro
3. Itamar Franco
4. Jose Richa
5. Amaral Peixoto
6. Tancredo Neves

1. Marcos Freire
2. Mauro Benevides
3. Leite Chaves

Assistente: Cândido Hipertt — Ramais 301-313

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha

Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Lomanto Junior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. Jose Guimard	
MDB	
1. Gilvan Rocha	1. Jose Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume

Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaro	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	
MDB	
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Hugo Ramos	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carneira

Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

MDB

1. Evandro Carreira 1. Orestes Quercia
2. Humberto Lucena 2. Evelasio Vieira
3. Lazaro Barbosa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira
Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares

1. Benedito Ferreira
2. Vicente Vuolo
3. Pedro Pedrossian
4. Affonso Camargo

Suplentes

ARENA

1. Passos Pôrto
2. Lomanto Junior
3. Alberto Silva

MDB

1. Evandro Carreira 1. Leite Chaves
2. Lazaro Barbosa 2. Agenor Maria
3. Orestes Quercia

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO**

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro
Local: Anexo II — Terreo
Telefone: 225-8505 — Ramal 303
1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
3) Comissões Especiais e de Inquerito, e
4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentaria (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sa — Ramal 310; Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 314.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

PARA O ANO DE 1979

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	SÔNIA
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	RONALDO
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	GUILHERME
	C.A.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	SÔNIA	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	DANIEL
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal - 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais-621 e 716	CÂNDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal - 484	RONALDO				

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(Formato bolso)

Texto constitucional vigente (Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2 a 12).

Índices sistemático e analítico-remissivo.

Notas com a redação anterior dos dispositivos alterados pelas Emendas de nºs 2 a 12.


330 páginas
Preço: Cr\$ 25,00

Pedidos pelo Reembolso Postal
para Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — Edif. Anexo I
70160 — BRASÍLIA — DF

PROCESSO LEGISLATIVO

Conceito, iniciativa e tramitação
das normas legais de diversas hierarquias, de acordo com os
preceitos constitucionais e regimentais

2ª EDIÇÃO: JUNHO DE 1976



PREÇO:
Cr\$ 15,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

**3ª edição
agosto de 1978**

— Código Eleitoral, Lei das Inelegibilidades, Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei de Transporte e Alimentação e Lei das Sublegendas: textos vigentes e consolidados com índices alfabéticos e remissivos.

Íntegra da legislação alteradora, citada e correlata.

**300 páginas
PREÇO: Cr\$ 55,00**

SUPLEMENTO — Instruções do Tribunal Superior Eleitoral para as Eleições de 1978 (com índice temático).

**124 páginas
PREÇO: Cr\$ 25,00**

Pedidos pelo Reembolso Postal
para Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — Edif. Anexo I
70160 — BRASÍLIA — DF

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento
(atualizados)**

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

“Revista de Informação Legislativa” nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

O PODER LEGISLATIVO E A CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS

Obra comemorativa do Sesquicentenário da Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda.

Precedentes históricos, debates da Assembléia Constituinte de 1823, Decreto de 1825 com os Estatutos do Visconde da Cachoeira, completa tramitação legislativa da Lei de 11-8-1827, com a íntegra dos debates da Assembléia Geral Legislativa (1826-1827), sanção imperial e inauguração dos Cursos de São Paulo e Olinda.

Índices onomástico e temático

410 páginas

PREÇO: Cr\$ 70,00

Pedidos pelo reembolso postal à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
(Anexo I) — Brasília — DF — 70160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00